

**CONCEPÇÃO DE UMA BASE DE DADOS TERMINOLÓGICA
PARA O MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO
TERRITÓRIO/ BDT-MAT**

Alberto NhatiPembaGodi

**Dissertação de Mestrado em Terminologia e Gestão
de Informação de Especialidade**

Orientadora: Professora Doutora Rute Costa

Co-orientação: Professora Doutora Raquel Silva

Março, 2018

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Terminologia e Gestão de Informação de Especialidade

Realizada sob a orientação científica da

Professora Doutora Rute Costa

E co-orientação da

Professora Doutora Raquel Silva

Declaro que esta dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Alberto Nhathi Pemba Godi

Lisboa, 27 de Março de 2018

Declaro que a Dissertação de Alberto Nhathi Pemba Godi se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

A orientadora,

Rita Costa

Lisboa, 27 de Março de 2018

DEDICATÓRIA

À minha família, aos meus amigos,
a todos aqueles que directa ou indirectamente contribuíram
para a realização deste trabalho

AGRADECIMENTOS

DEUS é o dono de tudo. Devo a ele a oportunidade que tive de chegar onde cheguei. Muitas pessoas têm essa capacidade, mas não têm a oportunidade. Ele a deu para mim, não sei porquê. Só sei que não posso desperdiçá-la.

Um agradecimento muito especial as minhas Professora Doutora Maria Rute Costa e a Professora Doutora Raquel Alves Silva, pela paciência e rigor na qualidade do trabalho.

À Professora Doutora Teresa Lino e ao Professor Christophe Roche pelos ensinamentos e constante disponibilidade.

Aos Doutores (as) José Caetano Correia e Ana Paula Henriques por me ter proporcionado a oportunidade deste novo desafio.

Aos Técnicos da Direcção Nacional de Organização do Território do Ministério da Administração do Território de Angola, que contribuíram de forma directa para a realização deste trabalho.

Aos meus pais Feliciano Godi e Ester Pemba, os tios António Goma, Alberto Poba, André Macaia, Joana Telica e Veronica Suami que mesmo distantes incentivaram-me a não desistir.

Aos irmãos, pelo carinho, entre eles, Anabela, Engrácia, Osvaldo, Reinaldo, Nilda e Cláudio.

Aos amigos e companheiros, Araújo, Amadeu, João, Gracinda, Adélia, Carla o meu eterno agradecimento pelo carinho e força.

A todos aqueles que directa ou indirectamente participaram deste trabalho, o meu muito obrigado.

RESUMO

Nesta dissertação, cujo título é *Concepção de uma Base e Dados Terminológica para o Ministério da Administração do Território “BDT-MAT”*, abordar-se-ão aspectos teóricos e práticos sobre as necessidades institucionais do ministério em causa, em matéria de organização e harmonização terminológica, com vista à criação de uma base de dados terminológica, para suprir carências em termos de correcção linguística e consistência nos documentos utilizados e produzidos na referida instituição.

Neste trabalho de investigação, a abordagem às ciências da Terminologia e da Informática remetem-nos para a necessidade de demonstrar de que forma estas duas áreas se cruzam e se inter-relacionam, para suprir uma necessidade de melhoria da informação, através da concepção de um produto terminológico elaborado a partir da observação de problemas linguísticos reais, no domínio da administração do território.

Em concreto, centramo-nos na melhoria da gestão da informação de especialidade do MAT e na sistematização de termos dispersos que criam ambiguidades e discordâncias entre os usuários da língua portuguesa, em Angola.

PALAVRAS-CHAVES: terminologia, terminografia, base de dados, harmonização, MAT, DNOT.

ABSTRACT

In this dissertation, whose title is *Conception of a Terminological Database for Ministry of Administration of Territory “BDT-MAT”*, theoretical and practical aspects will be approached on the institutional necessities, of the of the concerned ministry, in terms of organization and terminological harmonization, in order to the creation of a terminological database it will supply the lacks in terms of linguistic correction and consistency in documents used and produced in the referred institution.

In this research, the approach to the sciences of terminology and computer science sends them for the necessity to demonstrate of that it forms these two areas are crossed and they are interrelated will supply a necessity of improvement of information, through the conception of an elaborated terminological product from the comment of real linguistic problems, in the domain of the administration of the territory.

Specifically, we focus on improving the management of speciality information of the MAT and in the systematization of dispersed terms that create ambiguities and disagreement among users of the Portuguese language in Angola.

KEYWORDS: terminology, terminography, database, harmonization, MAT, DNOT.

ÍNDICE

| | |
|--|------------|
| DEDICATÓRIA | IV |
| AGRADECIMENTOS..... | V |
| RESUMO | VI |
| ABSTRACT | VII |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| CAPÍTULO I-APRESENTAÇÃO DO MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO..... | 4 |
| 1.1. Contextualização histórica do MAT | 4 |
| 1.2. Estruturas Orgânicas do MAT e da Direcção Nacional de Organização do Território – DNOT..... | 6 |
| 1.3. Necessidades institucionais em matéria de organização e harmonização terminológica | 10 |
| 1.3.1. Alguns exemplos..... | 11 |
| 1.3.2. Conclusões | 14 |
| 1.4. Perfil do público potencial da base de dados | 15 |
| CAPÍTULO II -TERMINOLOGIA E TERMINOGRAFIA..... | 18 |
| 2.1. Terminologia..... | 18 |
| 2.2. Dupla Dimensão da Terminologia | 20 |
| 2.3. Termo e conceito | 21 |
| 2.4. Terminografia | 22 |
| 2.4.1. Modelo de ficha terminográfica para a BDT-MAT | 23 |
| 2.4.2. Conceito de base de dados relacional..... | 25 |
| 2.5.Contributos da Informática e da inteligência artificialparaa Terminologia | 27 |
| CAPÍTULO III - METODOLOGIA DE ABORDAGEM AO <i>CORPUS</i> | 30 |
| 3.1. Conceito de <i>corpus</i> | 30 |
| 3.2. Constituição do <i>Corpus</i> | 31 |
| 3.2.1.Documentos elaborados na Direcção Nacional de Organização do Território – DNOT | 32 |
| 3.2.2. Documentos provenientes da Imprensa Nacional de Angola..... | 33 |

| | |
|--|-----------|
| 3.2.3. Documentos Provenientes das Administrações dos Municípios de Belas e Cacaco | 34 |
| 3.3. Abordagem aos dados terminológicos | 36 |
| 3.4. Tratamento semiautomático | 41 |
| 3.4.1. Análise de frequências | 42 |
| 3.4.2. Análise de Concordâncias | 45 |
| 3.5. Candidatos a termos | 47 |
| CAPÍTULO IV- CONCEPÇÃO DA BASE DE DADOS TERMINOLÓGICA | 49 |
| 4.1. Conceito de base de dados | 49 |
| 4.2. Modelo de dados relacionais para a base de dados | 51 |
| 4.3. Linguagem de programação usada para criação da base de dados | 53 |
| 4.4. Gestão da base de dados terminológica | 55 |
| 4.4.1. Aspectos técnicos | 56 |
| 4.4.2. Registo da ficha | 59 |
| 4.4.3. Validação dos dados | 61 |
| 4.5. Perfil dos utilizadores da BDT-MAT | 62 |
| 4.5.1. Utilizador especializado no domínio | 63 |
| 4.5.2. Utilizador gestor-terminólogo | 63 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 66 |
| Bibliografia | 68 |
| Figuras /imagem/tabelas..... | 71 |
| Anexos - Fichas terminológicas | 72 |

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, cujo título é *Concepção de uma Base e Dados Terminológica para o Ministério da Administração do Território “BDT-MAT”*, abordar-se-ão aspectos teóricos e práticos sobre as necessidades institucionais do ministério em causa, em matéria de organização e harmonização terminológica, com vista à criação de uma base de dados terminológica, para suprir carências em termos de correcção linguística e consistência nos documentos utilizados e produzidos na referida instituição e assim aumentar a qualidade da comunicação dentro e fora da instituição.

O tema em questão surge da necessidade de uma organização dos dados terminológicos a nível do Ministério da Administração do Território de Angola, doravante MAT, mais precisamente, na Direcção Nacional de Organização do Território - DNOT. Pensamos que para uma maior qualidade no exercício das suas funções, os técnicos das diversas instituições deveriam poder recorrer a uma fonte de informação terminológica estruturada para melhorarem a comunicação interna e externa da DNOT com os parceiros institucionais.

Verificamos problemas de ambiguidade linguística que por sua vez são geradores de discordâncias nacionais sobre o uso de uma ou outra forma linguística, por exemplo, a confusão à volta dos termos “cuanza”, “kwanza”, “kuanza” e “cwanza” ou “Malenje” e “Malange”. Nas notas, na moeda angolana, encontramos “kwanzas”, mas em muitos outros documentos institucionais, referindo-se a uma província, encontramos “Cuanza-Sul”. Outros exemplos directamente relacionados com o âmbito desta tese, é o emprego corrente das designações “centralidade” e “cidade”, “distrito urbano” e “distrito” como variantes sinónimas, nos textos institucionais, para um mesmo referente.

Deste modo, tentamos, com este trabalho de investigação, responder a essas necessidades observadas: (1) propor uma metodologia de abordagem à terminologia no DNOT com vista à harmonização de termos que designam o mesmo conceito; (2) propor a elaboração de uma base de dados terminológica para registo e, posteriormente, permitir a validação da terminologia por especialistas do MAT.

Neste trabalho de investigação, a abordagem às ciências da Terminologia e da Informática remetem-nos para a necessidade de demonstrar de que forma estas duas

áreas se cruzam e se inter-relacionam, para suprir uma necessidade de melhoria da informação, através da concepção de um produto terminológico elaborado com base na observação de problemas linguísticos reais, no domínio da administração do território.

A presente dissertação de mestrado é constituída por quatro capítulos. No **primeiro capítulo**, apresentamos o Ministério da Administração do Território - MAT, faz-se um enquadramento da Direcção Nacional de Organização do Território - DNOT dentro do MAT, dando conta da sua estrutura orgânica, das suas necessidades de organização e harmonização terminológica, bem como a apresentação do perfil do público potencial a quem se destina a base de dados.

No **segundo capítulo**, apresentam-se alguns conceitos fundamentais sem relação às áreas da Terminologia e da Terminografia, nomeadamente alguns conceitos teóricos essenciais para o entendimento desta área da Linguística, que se dedica a observar a relação entre o termo e o conceito, a fazer a sua descrição linguística e a encontrar modelos de registo dessa informação, em particular, em bases de dados terminológicas. Neste ponto, apresentamos o modelo de ficha terminológica adoptado e demonstramos alguns contributos da informática e da inteligência artificial para a Terminologia.

Já no **terceiro capítulo**, descrevemos a metodologia de abordagem ao *Corpus* que nos foi possível seleccionar. Destacamos o conceito de *corpus*, passando, posteriormente, para a constituição do *corpus* de análise e sua justificação. Na fase seguinte, damos conta da metodologia de tratamento dos dados terminológicos para chegarmos à recolha e organização dos candidatos a termos identificados a partir do referido corpus.

Por fim, no **quarto capítulo**, abordamos a concepção da base de dados terminológica BDT-MAT. Expomos a ideia do projecto físico da base de dados, descrevendo alguns conceitos inerentes à sua concepção técnica, nomeadamente a linguagem de programação usada para criação da mesma. Por outro lado, centramo-nos em questões relacionadas com a gestão de conteúdos da BDT-MAT que deverão ser, mais tarde, assumidas pela instituição acolhedora, tais como assegurar o correcto registo das fichas terminológicas e sua respectiva validação.

Por fim, dedicamos a nossa atenção à descrição dos utilizadores, sendo desejável que exista a figura de um utilizador especializado tanto na questão da gestão de

conteúdos como na de especialista em terminologia, para garantir a manutenção da qualidade da informação neste recurso terminológico.

CAPÍTULO I-APRESENTAÇÃO DO MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

1.1. Contextualização histórica do MAT

Neste capítulo, pretendemos apresentar, de forma objectiva, a configuração do Ministério da Administração do Território, da Direcção Nacional de Organização do Território e esclarecer, em linhas gerais, o funcionamento e o alcance de cada um destes órgãos auxiliares do governo de Angola, desde a sua criação, após a Independência da República de Angola, aos nossos dias.

Entendemos, antes de tudo, que, de acordo com as informações que constam do portal¹ do Ministério da Administração do Território, a dinâmica da organização administrativa de um Estado rege-se pelo bom funcionamento da administração local, exercida por órgãos que visam garantir a realização das tarefas do Estado, cuja finalidade é a garantia do desenvolvimento económico e social do país.

Em 1975, com a conquista da Independência de Angola, o então Ministério da Administração Interna, actualmente, denominado Ministério da Administração do Território, numa perspectiva de reestruturação e organização do aparelho central do Estado, aprovou a criação de 10 (dez) ministérios e 7 (sete) secretarias de Estado, nos quais figurava, também, o referido ministério, conforme consta na lei².

A dimensão geográfica de Angola obrigou a uma reconstituição nacional, com vista a uma maior dinamização das tarefas que se pretendia levar a cabo nas províncias, o que exigidas então estruturas do Estado uma adaptação que considerasse as necessidades reais de cada província. Esta medida visava a criação de dispositivos ajustados a cada realidade, de modo a que se pudesse responder eficazmente às tarefas políticas, económicas, sociais e culturais para a realização das aspirações do povo

¹[Http://www.mat.gov.ao/](http://www.mat.gov.ao/). A plataforma foi criada com o objectivo de disponibilizar ao público informações sobre o perfil institucional do Ministério da Administração do Território (MAT), a sua estrutura e estatuto orgânico bem como as províncias, Administrações Municipais e Autoridades tradicionais. Acesso a 18.12.2016.

²Cf. Decreto presidencial Lei n.º 1/75, de 12 de Novembro de 1975, em anexo n.º 1.

angolano. Para esse efeito, foi aprovado, promulgado e publicado em Diário da República, no dia 6 de Julho de 1976, o Estatuto Orgânico do Ministério³.

Observámos, no entanto, que, conforme as informações que se encontram na plataforma mencionada, naquela fase transitória e subsequentemente com a vigência da Lei n.º 1/75 de 12 de Novembro, foram criados os órgãos do poder popular, o então denominado Ministério da Administração Interna, com as seguintes atribuições e funcionalidades que passamos a mencionar:

- a) Assegurar a progressividade e institucionalização do órgão de poder popular;
- b) Garantir o aprofundamento da qualidade do trabalho daqueles órgãos;
- c) Apoiar administrativa e tecnicamente a acção dos departamentos centrais e locais ao nível local e regional⁴.

Desta feita, o Ministério da Administração Interna haveria de se manter assim, até a 9 de Abril de 1980, passando, assim, a denominar-se Ministério da Coordenação Provincial, que, nos termos do decreto n.º 30/80, de 9 de Abril 1984, visa, além das atribuições e competências anteriores, a coordenação das acções dos comissariados, as situações globais e específicas de cada Província, para poder apoiar o Governo central na definição das medidas adequadas à política de desenvolvimento regional e local, entre outras.

Assim, com a adesão de Angola ao multipartidarismo, em 1991, e a reestruturação do aparelho central do Estado, a 26 de Julho, foi aprovado o novo estatuto orgânico deste Ministério, que passa a denominar-se Ministério da Administração do Território, designação que se mantém até à actualidade⁵.

Resultante deste processo, o actual estatuto orgânico do Ministério foi aprovado por decreto presidencial, em anexo ao presente decreto do qual é parte integrante como está referenciado no parágrafo seguinte:

O Ministério da Administração do Território – MAT – é o Departamento ministerial auxiliar ao presidente da república, que tem por missão formular,

³Cf. [Http://: www.mat.gov.ao](http://www.mat.gov.ao), acedido em 21 de Novembro de 2016.

⁴Cf. Portal do Ministério da Administração do Território, acedido em 21 de Novembro de 2016

⁵Cf. Portal do Ministério da Administração do Território, acedido em 21 de Novembro de 2016

coordenar, executar e avaliar a política do executivo, relativa à administração local do estado. Administração autárquica, organização e gestão territorial, autoridade e comunidades tradicionais e apoiar a realização dos processos das eleições gerais e locais. (cf. art.º1 do Decreto Presidencial n.º 3/14, de 3 de Janeiro de 2014).

Por sua vez, com a demanda das actividades, houve a necessidade de o Executivo reajustar o estatuto orgânico do Ministério da Administração do Território, aprovado pelo Decreto Presidencial, n.º247/12, de 11 de Dezembro, bem como o de adequar a natureza e atribuições específicas e tradicionais deste órgão auxiliar do presidente da república. O Decreto legislativo presidencial, n.º 5/12, de 15 de Outubro, estabelece as bases gerais de organização e funcionalidade dos Órgãos essenciais auxiliares do presidente da república.⁶

1.2. Estruturas Orgânicas do MAT e da Direcção Nacional de Organização do Território – DNOT

Na sequência disto, o Executivo, através do presidente da república, decreta, nos termos da alínea g do artigo 120.º e do n.º3 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

O actual estatuto Orgânico do Ministério da Administração do Território, foi aprovado por Decreto Presidencial, n.º3/14, de 3 de Janeiro, anexo ao presente decreto presidencial e que dele é parte integrante, é revogado o Decreto Presidencial, n.º 247/12, de 11 de Dezembro.⁷

A aprovação do estatuto orgânico acompanhou-se da estrutura orgânica do Ministério da Administração do Território, que compreende os seguintes órgãos e serviços:

⁶Cf. <http://www.mat.gov.ao/perfil-institucional/historico>, acedido em 29 de Novembro de 2016. Veja-se, igualmente, o Decreto Presidencial n.º 3/14, de 3 de Janeiro.

⁷ Cf. <http://www.mat.gov.ao/perfil-institucional/historico>, acedido em 29 de Novembro de 2016

1. Órgãos Centrais de Direcção superiores:

Ministro

Secretários de Estado

2. Órgãos Consultivos:

Conselho Consultivo

Conselho de Direcção

3. Serviços Executivos Centrais:

Direcção Nacional da Administração Local do Estado

Direcção Nacional de Administração Autárquica

Direcção Nacional de Organização do Território

Direcção Nacional de Tecnologia e Apoio aos Processos Eleitorais

Direcção Nacional de Recursos Humanos da Administração Local

Gabinete de Efemérides e Eventos Institucionais

4. Serviços de Apoio Técnico:

Secretaria-geral

Gabinete de Recursos Humanos

Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística

Gabinete de Inspecção

Gabinete Jurídico

Gabinete de Intercâmbio

Gabinete de Tecnologia de Informação

5. Órgão de Apoio Instrumental:

Gabinete do Ministério

6. Órgãos de Apoio Instrumental:

Gabinetes dos Secretários de Estado

Instituto de Formação em Administração Local (IFAL)

Fundo de Apoio Social (FAZ)

7. Órgãos tutelado:

Autarquias Locais.

Desta forma, apresentamos o organograma do estatuto do Ministério da Administração do Território (MAT), na figura que se segue abaixo:

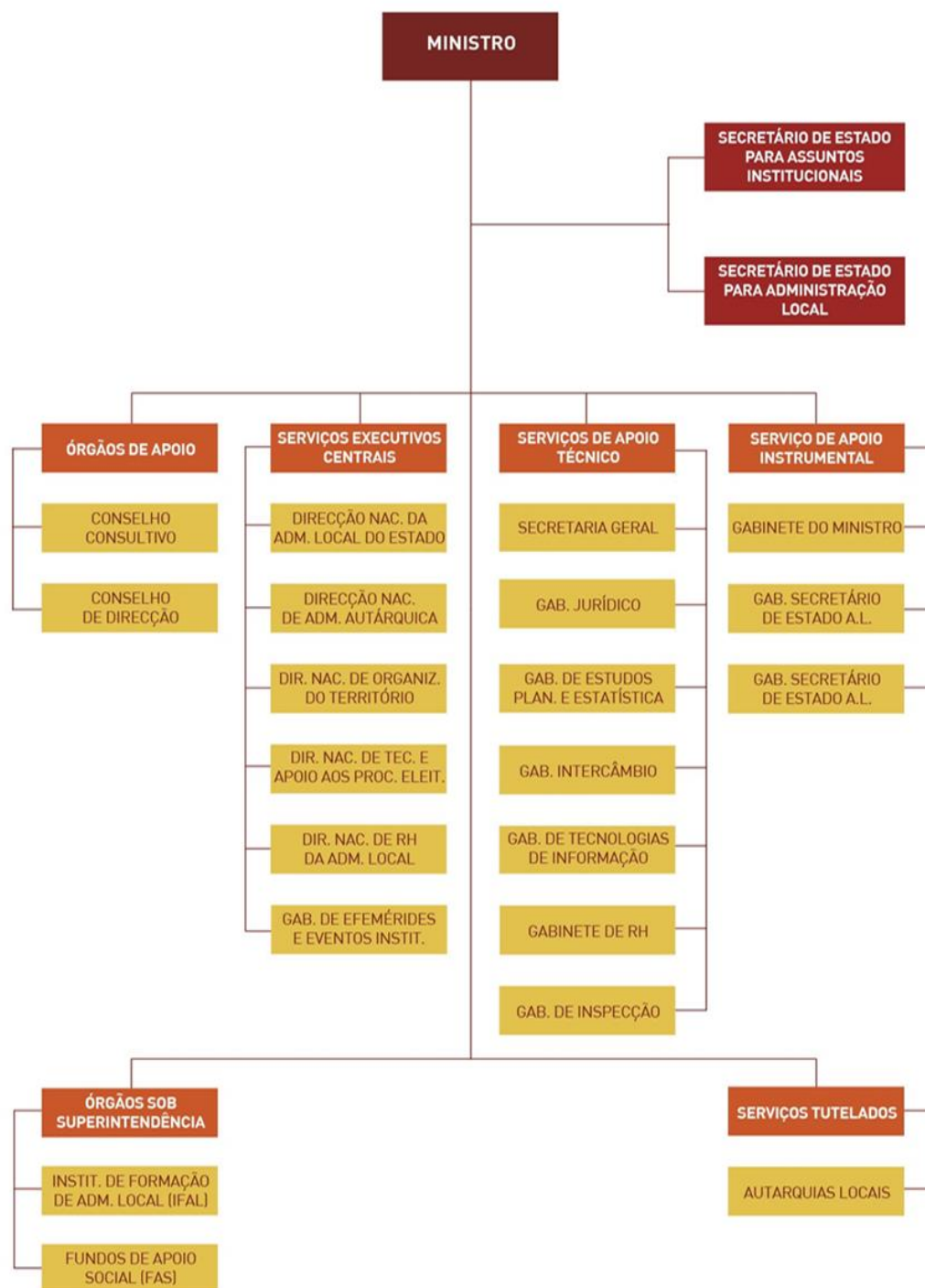


Figura 01- Estatuto Orgânico do Ministério da Administração do Território⁸

⁸Estatuto Orgânico do Ministério da Administração do Território. (Cf. Decreto Presidencial n.º 3/14 de 3 de Janeiro. Este decreto revoga o Decreto Presidencial n.º 247/12, de 11 de Dezembro).

Segundo o Diário da República, através do Decreto Presidencial n.º 3/14, de 3 de Janeiro⁹, nos termos do art.º 12.º do referido Decreto Presidencial, a função da Direcção Nacional de Organização do Território (DNOT) passa pela responsabilidade de executar as medidas e tarefas nos domínios da organização do território, da divisão político-administrativa, da toponímia e dos nomes locais. Esta direcção é dirigida por um director nacional.

Por outra, a DNOT é uma instituição que pertence aos serviços executivos centrais do MAT, cuja estrutura interna está dividida em três departamentos. Ei-los:

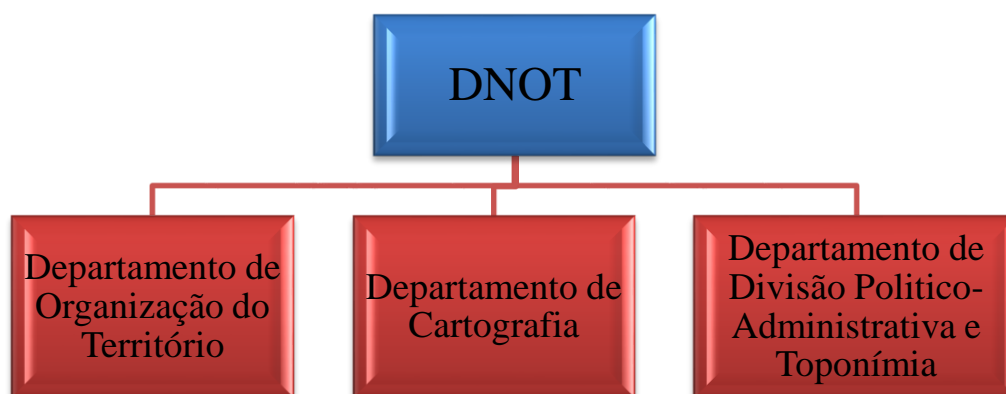


Figura 02- Estrutura interna da DNOT¹⁰.

Ainda nos termos do mesmo artigo, a que se refere a Lei n.º 247/12, de 11 de Dezembro, aprovada pelo Decreto Presidencial, consta o artigo 12.º, que atribui actividades à DNOT, das quais citaremos alguns campos de actuação ou actividades¹¹ que competem aos 3 (três) departamentos referidos, visando criar condições necessárias para a implementação dos objectivos do Estado:

- a) Propor normas sobre a divisão política e administrativa, nomes geográficos e toponímia;
- b) Coordenar a elaboração de monografias sobre as circunscrições territoriais do país;

⁹Cf. o referido Decreto Presidencial.

¹⁰Cf. Estatuto Orgânico do Ministério da Administração do Território (Cf. Decreto Presidencial, n.º 3/14, de 3 de Janeiro).

¹¹Cf. <http://www.mat.gov.ao/estrutura-do-mat/servicos-executivos-centrais>, acessado em 01 de Fevereiro de 2017.

- c) Coordenar e supervisionar a elaboração dos dados cartográficos e geodésicos, no âmbito da organização territorial e da divisão política e administrativa;
- d) Participar do sistema de organização e gestão da informação geográfica do país;
- e) Participar na delimitação das circunscrições administrativa e eleitoral, a diferentes níveis;
- f) Participar da criação e gestão de uma base de dados de informação geográfica do país;
- g) Acompanhar e propor medidas para uma melhor gestão fundiária dos territórios sob jurisdição dos Órgãos da Administração Local do Estado, Autarquias locais e instituições do poder tradicional;
- h) Propor políticas e normas sobre a organização territorial e a classificação dos aglomerados populacionais e urbanos e rurais;
- i) Promover estudos cartográficos e geodésicos no âmbito da organização territorial e da divisão política e administrativa;
- j) Assegurar a participação do sector na política de ordenamento do território, fronteira, urbanismo, e de construção de redes viárias e ferroviárias e de outros equipamentos e infra-estruturas.

Com esta breve apresentação sobre o funcionamento da DNOT, pretendemos demonstrar o seu contributo para a promoção do desenvolvimento do território nacional de Angola, para se tornar num território organizado, equitativo, dinâmico e competitivo, valorizando cada vez mais o potencial de cada área para o reforço da economia e do desenvolvimento nacional, através de políticas administrativas e intervenções dinamizadas pelo Estado Angolano.

1.3. Necessidades institucionais em matéria de organização e harmonização terminológica

No actual contexto da organização do conhecimento, a sociedade da informação exige uma comunicação especializada clara e precisa e organizada no ponto vista da terminologia harmonizada, partindo do ponto que algumas instituições do estado não tem os seus dados terminológicos organizados, e tão pouco possuem uma base de dados que permita gerir e pesquisar informação de especialidade.

Segundo a Norma ISO (1087-1:2000, p.11), o conceito de harmonização é uma “activity for reducing or eliminating minor differences between two or more concepts, which are already closely related to each other [ISO 860:1996]”.

Prosseguindo, a executivo angolano, por intermédio do MAT, (que atribuiu algumas actividades a Direcção Nacional de organização do território que consta no artigo 12º, a linha g e h do Decreto presidencial de n.º3/14 de 3 de Janeiro) atribui a responsabilidade à DNOT. No âmbito da administração territorial de Angola, relativamente à organização toponímica a nível nacional e local, com vista ao ordenamento do território, o executivo angolano, por um lado, aprovou as Leis 13/16, Lei da administração Local do Estado e 14/16, Lei de Bases da Toponímia, de 12 de Setembro,¹² por outro lado, a Lei 8/16 de 7 de Junho, Lei da codificação das circunscrições territoriais, cujo objectivo principal se refere à uniformização da codificação das províncias, municípios, distritos urbanos e comunas do país.

Nesta perspectiva, e com vista a contribuir para a materialização eficiente e eficaz dos objectivos do Estado angolano, urge a necessidade de organizar os dados terminológicos disponíveis nas instituições do estado.

O que temos vindo a referir deve-se ao facto de existir, com a nova divisão administrativa de algumas províncias do país, para a nossa análise, o caso será o de Luanda, na qual têm surgido algumas inquietações.

No entanto, com o surgimento de novas zonas urbanas, tem-se estado a notar uma falta de harmonização em documentos elaborados pela administração local, isto quer dizer, há alguma ausência de partilha de informação de especialidade organizada, criando ambiguidade nas definições de alguns termos. Por exemplo, nota-se, frequentemente, em Luanda, em documentos oficiais, painéis de informação e em sinalização rodoviária tais incongruências. Os termos “cidade”; “centralidade” e “distrito urbano” têm sido utilizados para o mesmo topónimo.

1.3.1. Alguns exemplos

Para uma melhor apreciação da problemática supracitada, apresentamos os seguintes exemplos:

¹² Participar da criação e gestão de um banco de dados de informação geográfica do país, propor políticas e normas sobre a organização territorial e a classificação dos aglomerados populacionais urbanos e rurais.

- a) **Município de Belas:** Cidade do Kilamba; Administração da Cidade do Kilamba; Administração do Distrito do Kilamba; Administração do Distrito Urbano do Kilamba; Repartição da Centralidade do Kilamba
- b) **Município do Cacuaco:** Administração da Cidade do Sequele; Administração do Distrito Urbano do Sequele, Centralidade do Sequele.

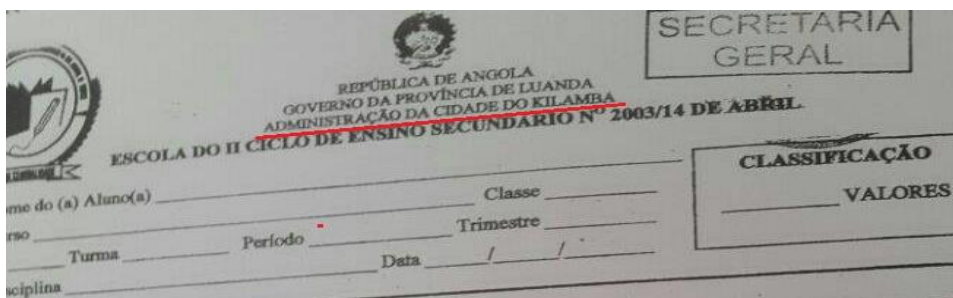
Deste modo, esta falta de organização dos dados terminológicos reflecte-se bastante no desempenho das actividades dos técnicos, contribuindo para um ambiente de trabalho vagaroso, não produtivo, burocrático e com falta de qualidade, levantando dúvidas aos próprios técnicos, cidadãos, académicos e investigadores que se deparam em situações de género.

Todavia, pensamos ser relevante a organização destes “termos” e dados terminológicos numa base de dados os quais vamos executar a sua edificação e criação com todas as informações que possam contribuir para resolução das referidas lacunas e para a organização da toponímia, documentos com conteúdos linguísticos elaborados na administração pública de Angola.

Passamos a ilustrar, de seguida, algumas situações reais com que nos deparamos durante as análises de vários documentos e fotografias recolhidos e seleccionados por nós em várias instituições públicas.



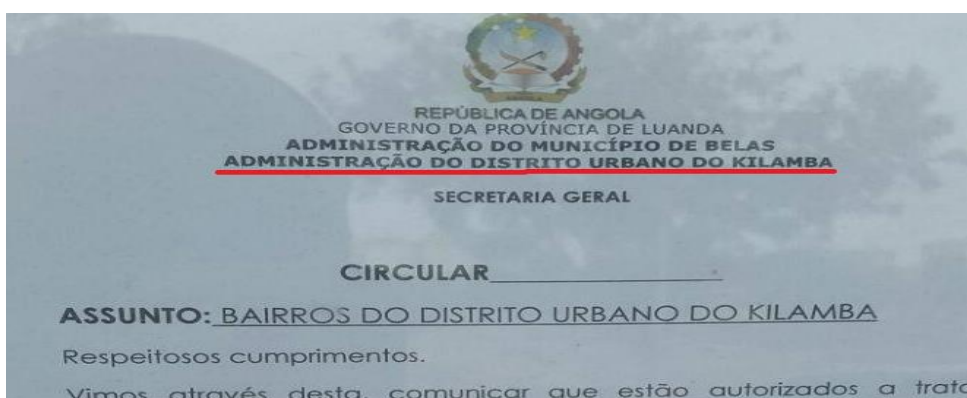
Imagem nº01 placa da repartição do Ministério da justiça e dos direitos humanos de Angola



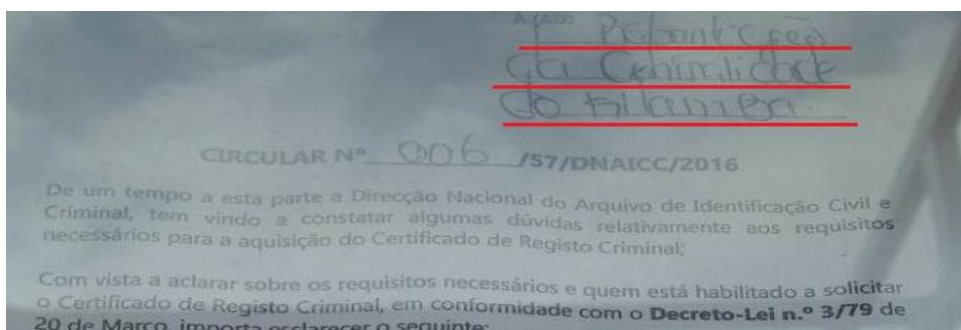
Documento nº 01 Escola do II ciclo de ensino secundário nº 2003/14 de Abril



Documento nº 02 circular, Gabinete do Administrador. Circular nº11, 2017



Documento nº03 Comunicado, Secretaria-geral



Documento nº04 Circular, repartição da Direcção nacional do arquivo do Arquivo de identificação civil e Criminal.

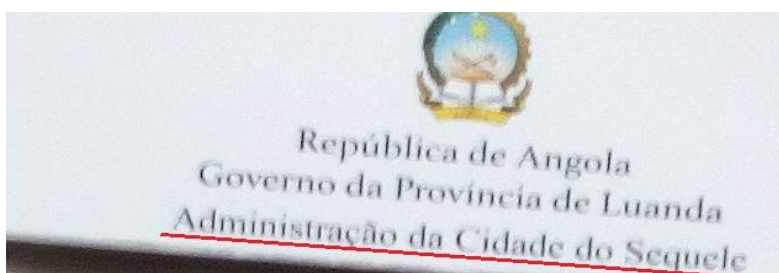
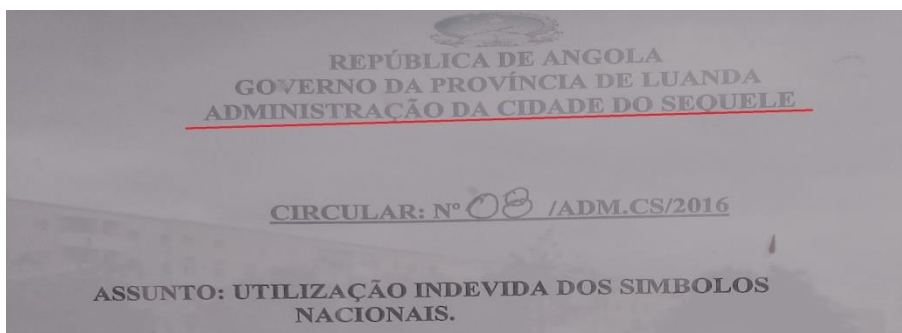


Imagem nº 02 Placa da Administração Cidade do Sequele



Documento nº05 circular Administração da Cidade do Sequele



Documento nº06 Circular Administração do distrito urbano do Sequele.

1.3.2. Conclusões

Acreditamos que nos exemplos aqui expostos existe, realmente, a falta de harmonização, por vários motivos; um deles é a falta de comunicação e a partilha de informação actualizada, tendo em conta algumas práticas antigas que tendem a continuar por falta de recursos terminológicos organizados numa base de dados para pesquisa de informação nas referidas instituições do Estado.

Notamos que a falta de harmonização e organização destes dados terminológicos fez-nos reflectir sobre o perigo que a mesma possa representar para a finalidade da documentação, visto que um termo mal empregue pode suscitar dúvidas e gerar conflitos aos cidadãos na forma de interpretação da informação que se pretende transmitir.

Então, pensamos que uma organização e inserção dos termos, numa base de dados, poderão contribuir de uma forma positiva para a procura e recuperação de dados terminológicos de uma forma rápida e eficaz, dando uma outra dinâmica ao trabalho dos técnicos, oferecendo mais qualidade do produto final aos beneficiários do sistema.

Desta forma, passamos a apresentar, no próximo ponto, o perfil do público potencial que pode beneficiar desta proposta de organização de informação terminológica, de uma forma organizada e sistematizada.

1.4. Perfil do público potencial da base de dados

Um aspecto a ter em consideração, quando se elabora uma base de dados, é a selecção do público-alvo, que posteriormente fará uso da proposta deste produto terminológico.

A necessidade de organizar os dados terminológicos, a inserção da informação de especialidade por meio de um programa informático concebido especificamente e adaptado para o MAT, com intuito de pesquisa e recuperação de informação dos termos para auxiliar os técnicos no acto de elaboração de documentação nas administrações públicas, fez com que nós tivéssemos a ideia de conceber uma Base de Dados terminológica para facilitar o trabalho dos técnicos do Ministério.

Este protótipo tem objectivos já traçados e delineados, onde a informação terminológica sistematizada será de fácil acesso, permitindo a resolução de problemas com os quais os técnicos se deparam durante as suas actividades laborais, num curto espaço de tempo, visto que terá um suporte tecnológico necessário que permitirá os técnicos efectuarem a consulta dos termos por intermédio de tablets, computadores ou demais aparelhos na instituição de raiz ou em qualquer local, contanto que esteja conectada a uma rede de internet.

De facto, a escolha e a delimitação, do público-alvo constitui um passo importante para o desenvolvimento do projecto de pesquisa.

Nesta ordem de ideias, na presente dissertação, consideramos o nosso público-alvo dividido por quatro vertentes, sendo as primeiras duas as prioritárias, a terceira e a quarta também fazem parte do estudo mais amplo que serão acauteladas para o futuro pela repercussão e aceitação que a proposta da Base de Dados poderá ter diante dos utilizadores e os interesses do estado na expansão e desenvolvimento deste produto caso seja implementado no MAT.

- **Técnicos do Ministério da Administração do Território**

Os Técnicos dos Ministérios fazem parte de um grupo de especialistas, todavia, vale-nos sublinhar que não serão os especialistas o nosso público-alvo.

Sendo estes os principais beneficiários, numa primeira fase, para o uso do protótipo, caso a Base de Dados terminológica em proposta seja implementada, ter-se-á como propósito a simplificação e facilitação do trabalho dos técnicos do Ministério que consiste na pesquisa de termos já harmonizados, inseridos já na base de dados, garantindo a qualidade de informação pesquisada pelos técnicos no acto do exercício das suas funções laborais.

- **Estudantes do Instituto de Formação da Administração Local**

Considerando a necessidade de a Administração local formar os seus quadros e futuros técnicos para, posteriormente, serem inseridos nos serviços das instituições do Estado, garantindo assim o sucesso e a sustentabilidade do MAT e do país, dirigimo-nos também aos estudantes e docentes do mesmo instituto como o segundo público-alvo.

- **Outros Ministérios**

No âmbito da partilha de informação terminológica e organizada pelos técnicos, pensamos que a Base de Dados terá um papel fundamental no crescimento e melhoramento da informação com fluidez nas demais entidades do Estado angolano, por via da hiperligação das Bases de Dados conectadas entre si, participando assim na melhoria e na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos angolanos e estrangeiros que solicitam os serviços da administração pública.

- **Sociedade Civil**

Por fim, temos o nosso quarto público-alvo, que será a sociedade civil no geral que procura uma informação de fonte fidedigna e credível, para se manterem informado, por exemplo, na elaboração de artigos, redacção de documentos públicos, editores de imprensa, participantes de fóruns académicos e científicos, entidades não-governamentais, associações internacionais e nacionais, etc., contribuindo, assim, para divulgação e expansão da informação ao mundo inteiro, participando no desenvolvimento do território angolano, segundo o propósito do seu executivo.

Apresentados e abordados os campos de acção sobre os quais trabalharemos nos próximos capítulos, que são a configuração do MAT (do qual faz parte a DNOT), acreditamos que há três objectos de estudo relevantes e indispensáveis na nossa abordagem: A ciência da Terminologia, Terminografia e Informática. E é precisamente sobre estas duas áreas que incidirá a nossa análise no capítulo seguinte.

CAPÍTULO II -TERMINOLOGIA E TERMINOGRAFIA

2.1. Terminologia

Neste capítulo, propomo-nos apresentar alguns aspectos teóricos relacionados com a Terminologia e a sua dupla dimensão, demonstrando também a relação desta área à tecnologia informática e à linguística computacional, por associação às metodologias utilizadas.

Pensamos ser pertinente fazer uma leve abordagem sobre a informática e a inteligência artificial pela sua contribuição à Terminologia, porquanto a primeira dá suporte tecnológico necessário à segunda, fornece ferramentas e dá respostas e resoluções a vários desafios submetidos à comunidade de especialistas de várias áreas do saber, demarcada, predominantemente, pela interdisciplinaridade.

A ciência da terminologia encontra-se num ponto de intercepção entre a vertente conceptual e vertente linguística, tendo como contextos de aplicação a normalização de termos ou sua harmonização linguística, em conciliação com a adopção de formatos terminográficos e informáticos que assumem o seu registo e disponibilização.

Neste âmbito, apresentamos, de seguida, definições de alguns autores que nos vão ajudar a compreender melhor esta abordagem.

Segundo a perspectiva de E. Wüster (1981, p. 57-58), a sistematização da ciência terminológica constitui-se em três vertentes:

- 1) «*Terminologie* signifie en tout premier lieu le système de notions et de termes d'un domaine spécialisé quelconque, autrement dit grosso modo, un ensemble de termes accompagnés des sens qui leur sont attribués (...).
- 2) Le deuxième sens principal de terminologie est l'étude scientifique de la terminologie d'une domaine spécialisé donné, dans une langue donnée.
- 3) Le mot *Terminologie* prend un troisième sens lorsque l'on abstrait les régularités qu'ont en commun les études scientifiques particulières de la terminologie qui portent sur un grand nombre de domaines spécialisés, et de langages. On obtient alors l'étude scientifique générale de la terminologia».

Para uma explanação mais simples, com um sentido mais restrito e mais especializado da Terminologia, o mesmo termo designa uma “disciplina da linguística

consagrada ao estudo científico dos conceitos e termos usados nas línguas de especialidade”. A língua comum é a que usamos no quotidiano, a língua de especialidade é a que é utilizada para uma comunicação sem ambiguidades em uma área determinada do conhecimento ou prática, com base num vocabulário e em usos linguísticos específicos desse campo.

Teresa Lino (1994:76) afirma que «il est important de rappeler que lexicologie et lexicographie d’une part, et terminologie et terminographie d’autre part, ne sont pas de disciplines qui s’opposent, mais qui au contraire se complètent. Elles possèdent des traits communs qu’il faut savoir identifier, ainsi que des caractères spécifiques qui les distinguent, la terminologie est une science essentiellement interdisciplinaire».

Segundo Sager (1990), o campo de actividade e de estudo da Terminologia prende-se com a recolha, a descrição, com o processamento e com a apresentação de termos. Desta forma, a Terminologia é a ciência que se debruça sobre os termos, numa perspectiva descritiva. Segundo esse autor, a ligação da Terminologia à Informática e à Linguística Computacional exige três fases no processamento de Terminologia: compilação, armazenamento e recuperação de informação, partindo do pressuposto que “all terminological processing is now computer-based (...)”.

Por um lado, baseando-se na Organização que rege as Normas, a *Internacional Organization for Standardization* (ISO, 1087-1 2000, p.10), define-se a Terminologia de duas vertentes:

- 1) Describe terminology a set of designation belonging to one special language.
- 2) Describe Terminology a science studying the structure, formation, development, usage and management of terminologies in various subjects of fields.

Nesta investigação, podemos dizer que a terminologia se encontra dividida em duas vertentes, é definitivamente uma disciplina da linguística que se acomodaem conceitos e métodos de ciência e disciplinas conexas com o intuito de sistematizar e analisar os termos que constituem as áreas do saber.

2.2. Dupla Dimensão da Terminologia

A Terminologia, sendo uma ciência da linguagem, nesta investigação, prima pela dupla dimensão (que tem duas vertentes), sendo a primeira conceptual e a segunda linguística. Tendo em conta o nosso objectivo traçado para este projecto, a concepção de uma base de dados e a organização de dados terminológicos disponíveis no ministério, servir-nos-ão para desenvolver uma metodologia de análise de conteúdos terminológicos e linguísticos encontrados em documentos oficiais.

Automaticamente, somos remetidos a um ponto crucial do trabalho do terminólogo, que tem sido debatido arduamente num ambiente pacífico no seio da comunidade de especialistas terminólogos. De certa forma, um grupo de especialistas defende e dá destaque ao conceito ao termo, optando pela perspectiva onomasiológica e recaiando para Wüster¹³, que apresenta o conceito como ponto de partida do trabalho terminológico.

Segundo a pesquisa de Wüster, citada por Cabré, “en primer lugar, todo trabajo terminológico utiliza como punto de partida los conceptos con el objetivo de establecer delimitaciones claras entre ellos.” (Cabré 1998:21). A autora aborda ainda, de uma forma diferente, partindo da vertente que é praticada pela grande maioria da comunidade de terminólogos linguistas e que consiste na colocação do termo, isto é, a unidade linguística como objecto principal do estudo da Terminologia, esta é a perspectiva semasiológica. Deste modo, seguindo esta vertente, é dada a primazia à designação linguística como forma de acesso ao conceito que se encontra num plano extralinguístico.

Pensamos que uma área científica e de investigação bastante complexa como a Terminologia, cuja abordagem depende da realidade ou do contexto observado como ponto de partida que conjuga entre si as duas vertentes, podemos dizer que:

A metodologia começa a delinear-se com a observação do uso e da forma como a comunidade profissional se apropria da língua num dado contexto profissional, da observação como essa comunidade redige os

¹³Engenheiro e terminólogo 1898 -197 Áustria

textos e das vias pelas quais os textos são divulgados e difundidos (Silva, 2014:13).

A aceitação desta dupla dimensão da Terminologia reflecte-se no reconhecimento da existência de duas unidades de análise que se podem associar, sendo o termo e o conceito, que também se podem distinguir de forma independente.

2.3. Termo e conceito

De acordo com a Norma (ISO, 1087-1:2000, P.6) o termo pode ser definido da seguinte maneira: a *verbal designation of a general conception in a specific subjectfield*¹⁴. Na referida Norma (ISSO, 1087-1:2000, p.2),¹⁵o conceito aponta para a *unit of Knowledge created by a unique combination of characteristics*.

Costa e Silva (2006:8)consideram que o termo “é a designação verbal de um conceito num determinado domínio específico e teoricamente é comum aos indivíduos que constituem uma comunidade de comunicação especializada”. Partindo deste ponto, dando ênfase a esta vertente, Silva (2014:15) esclarece que “a designação é notoriamente entendida como sendo a vertente lexical do termo, e por outro lado, o conceito como entidade que por ele é apontado”.

Para Cabré (1999), o termo, que constitui o objecto de estudo da Terminologia, é uma unidade composta por três vertentes diferentes:

Una vertiente semiótica y lingüística, una vertiente cognitiva y una vertiente comunicativa, possuindo, assim, um carácter dinámico, ou seja, pueden pasar de un campo de especialidade a outro, que explica a movilidad de las unidades del léxico común hacia el léxico especializado, e incluso sumo vidad de una especialidad a otra. Cabré (1999).

Segundo Costa, (2006, p.5), “Les termes ont la particularité d’être des unités lexicales de spécialité, par le fait de représenter des connaissances spécifiques à un domaine du savoir, reconnue et partagées par les membres d’une communauté de

¹⁴ Norma ISO 1087-1: 2000, Terminology work Vocabulary Part 1: Theory and application.

¹⁵ Norma ISO 704:2000, Terminology Work Principles and Methods.

spécialistes”, ou seja, o termo é o ponto de partida de todo o trabalho terminológico, enquanto o conceito é o ponto de partida do trabalho terminológico.

Assim, se o ponto de partida for o texto ou discurso, será através das designações que o terminólogo acede ao conceito. Os textos assumem um papel fundamental na identificação de candidatos a termos e abrem caminho para os conceitos.

2.4. Terminografia

Se, por um lado, temos dado mais ênfase à Terminologia, por outro, a Terminografia, que é a parte do trabalho Terminológico, definida como a prática de elaboração de glossários, dicionários técnicos ou terminológicos e bases de dados, desempenha também o papel de registar informações e estudar os termos de uma área de especialidade.

A Linguística de *corpus* e a Terminografia oferecem a possibilidade de recolher, tratar e armazenar um grande volume de informações de uma determinada área do saber. Segundo ISO (1087-1:2000, p.11) *Terminology processing part of Terminography concerned with computer aspects of database creation, maintenance and extraction of terminology from text.*

A Terminografia, apesar de ser um dos ramos da Terminologia, mantém uma estreita relação de colaboração com a Terminologia, porque é nesta segunda vertente da relação que recai no planeamento terminológico, de estudo dos termos, busca de fundamentos teóricos para a elaboração das suas actividades.

Recorrendo mas uma vez as normas para confirmar a nossa definição acima supracitada o comité ISO afirma que, *Terminography, part of terminology work concerned with the recording and presentation of terminológica ldata*, (ISO 1087-1:2000, p.10).

Os instrumentos terminográficos são representados pelos dicionários terminológicos monolíngue, bilingue e banco de dados terminológicos; eles podem variar em função da sua estrutura e conteúdo. Mesmo cumprindo finalidades semelhantes quanto à organização e divulgação das terminologias, cada obra

terminográfica possui características específicas e diferentes. Segundo a ISO (1087-1:2000, p.11), «terminology planning activities aimed at developing, improving, implementing and disseminating the terminology of a subject field».

Para Costa (1993, p. 11), a Terminografia é a aplicação prática da Terminologia, então, por Terminografia entende-se à consignação, ao tratamento e à apresentação dos dados terminológicos, resultantes da investigação terminológica. Por dados terminológicos entende-se toda a informação relativa a um conceito ou à sua designação: vedeta, sinónimo, definição, contexto. (Boutin-Quesnel: 1985).

Com efeito, a Terminografia é reconhecida como uma ciência aplicada e pelo carácter tecnológico da sua prática e que reagrupa um conjunto de metodologias para descrever os termos, por intermédio produtos terminográficos estabelecendo uma relação de cumplicidade entre a Informática e a Terminologia.

2.4.1. Modelo de ficha terminográfica para a BDT-MAT

A nossa proposta de base de dados terminológica para o Ministério da Administração do Território, deverá contemplar um conjunto de fichas terminográficas, cujos conteúdos serão analisados e descritos no capítulo III. No entanto, aqui apresentamos o modelo da ficha terminográfica que acolherá os conteúdos linguísticos.

A ficha terminográfica é uma estrutura imprescindível organizada por tabelas com a função de inserção dos dados relativos a termos numa forma muito simples, de modo a facilitar a tarefa do especialista em qualquer acção que envolva directamente o tratamento do léxico especializado. A função primordial das fichas é para o armazenamento dos dados e informações que, posteriormente, serão utilizados na produção e na composição da base de dados terminológica.

Segundo Teresa Lino (2016)¹⁶ afirma que a ficha “terminológica” ou “terminográfica” foi, durante muito tempo, elaborada e preenchida através de um trabalho manual. A chegada dos computadores permitiu não só o desenvolvimento da Linguística de Corpus como também a informatização dessas fichas e a construção de

¹⁶ Referência as aulas da Dra. Teresa Lino durante o I semestre do I ano de Mestrado em Terminologia e Gestão de Informação de Especialidade na componente lectiva do lectivo 2016, disciplina de Terminologia computacional.

bancos de dados, facilitando assim o trabalho dos especialistas terminólogos, linguistas e os demais especialistas de distintas áreas que trabalham com esta ciência do saber.

De seguida apresentamos o modelo da ficha que constatará da BDT-MAT, foram criados os seguintes campos para o preenchimento dos dados terminológicos:

| Modelo de ficha terminográfica para a BDT-MAT | |
|--|--|
| Entrada | campo onde é registada a unidade terminológica |
| Fonte entrada | campo com a referência bibliográfica de onde a unidade terminológica foi extraída |
| Categoria gramatical | campo onde se regista a categoria gramatical a que pertence a unidade terminológica |
| Sigla | campo onde se regista a sigla correspondente a unidade terminológica |
| Domínio | campo onde se regista o domínio a que pertence a unidade terminológica |
| Contexto | campo com um extracto de texto onde ocorre a unidade terminológica |
| Fonte contexto | campo com a referência bibliográfica de onde o contexto foi extraído. |
| Definição | campo com a referência bibliográfica onde a definição da unidade terminológica. |
| Fonte definição | campo com a referência bibliográfica de onde a definição foi extraída |
| Variantes | campo onde se registam as variantes da unidade terminológica |
| Equivalente EN | campo onde se regista a unidade terminológica equivalente em Inglês |
| Equivalentes FR | campo onde se regista a unidade terminológica equivalente em francês |
| Notas | campo onde se regista informação relevante sobre o uso do termo ou sobre o conceito. |
| Data de registo | campo que indica a data em que o termo foi registado (campo automático). |
| Data de revisão | campo onde se regista a data em que a ficha foi actualizada |

Tabela 01: modelo de ficha terminográfica e descrição dos seus campos.

No preenchimento de cada ficha, são tidos em consideração certos critérios de modo a sistematizar a informação e a facilitar uma hipotética fase de revisão. Apresentamos, em seguida, algumas regras que irão ajudar a aplicar estes critérios:

- a cada unidade terminológica corresponde a uma ficha
- a unidade terminológica é lematizada e registada no campo entrada
- cada unidade terminológica se escreve com letra minúscula, excepto quando se trata de um nome próprio ou de uma marca.
- no caso da unidade terminológica ocorrer com duas categorias gramaticais diferentes (nome e adjectivo), são preenchidas duas fichas.
- campo fonte de entrada são registados as referências bibliográficas de onde a unidade terminológica foi extraída.
- campo categoria gramatical são registados a categoria gramatical que pertence a unidade terminológica.
- campo sigla são registados a sigla que corresponde a unidade terminológica
- no campo domínio são registados o domínio onde pertence a unidade terminológica.
- no campo contextos são registados os contextos considerados mais ilustrativos do uso da unidade terminológica.
- no campo definição é registada a definição relativa a entrada
- no campo “variante” são registadas as unidades terminológicas que apresentam, por exemplo: variação ortográfica, variação por elipse ou reduções.
- no campo equivalente é registado o respectivo equivalente da unidade terminológica em inglês e francês
- no campo nota são registadas todas as informações adicionais sobre a unidade terminológica.
- no campo data de registo mostra a data em que a unidade terminológica foi registado.
- no campo data de revisão mostra a data em que a ficha terminográfica foi actualizada.

2.4.2. Conceito de base de dados relacional

Quanto ao conceito de bases de dados relacional é um dos conceitos importantes da Ciência da Computação, desta forma vamos esboçar algumas linhas gerais no que toca à BDR e seu respectivo conceito, tendo em conta que nos irá permitir uma percepção da sua importância para o desenvolvimento da nossa base de dados

terminológica, onde ela normalmente agrupa informações utilizadas para um mesmo fim.

Caldeira (2011, p. 25) considera, igualmente, que o termo base de dados está intrinsecamente associado à noção de uma «coleção de informação». Podemos definir como um sistema de gestão de informação relativamente complexo.

Uma vez estabelecido o modelo em causa, é importante e fundamental que a ficha terminológica proposta por nós deva estar interligada e sincronizada numa forma sistematizada por meio de um modelo relacional conectado a base de dados.

Portanto, a nossa base de dados vai desempenhar também a função de integrar as relações existentes dentro dela ou propostas em um esquema global unificado que integra uma estrutura de base de dados relacional.

Desta forma vamos aqui apresentar de que forma as relações de integridades estão conectadas simultaneamente à ficha terminológica para base de dados, por meio de chaves primárias. Aquitemos a primazia de realçar uma característica essencial deste modelo relacional, sendo que uma vez que nos permite estabelecer relações entre tabelas.

Observaremos que, na figura a seguir indica, as fichas terminológicas e as relações de integridade que criamos são do tipo 1 para 1, isto é, por exemplo, uma entrada contém apenas uma definição e vice-versa.

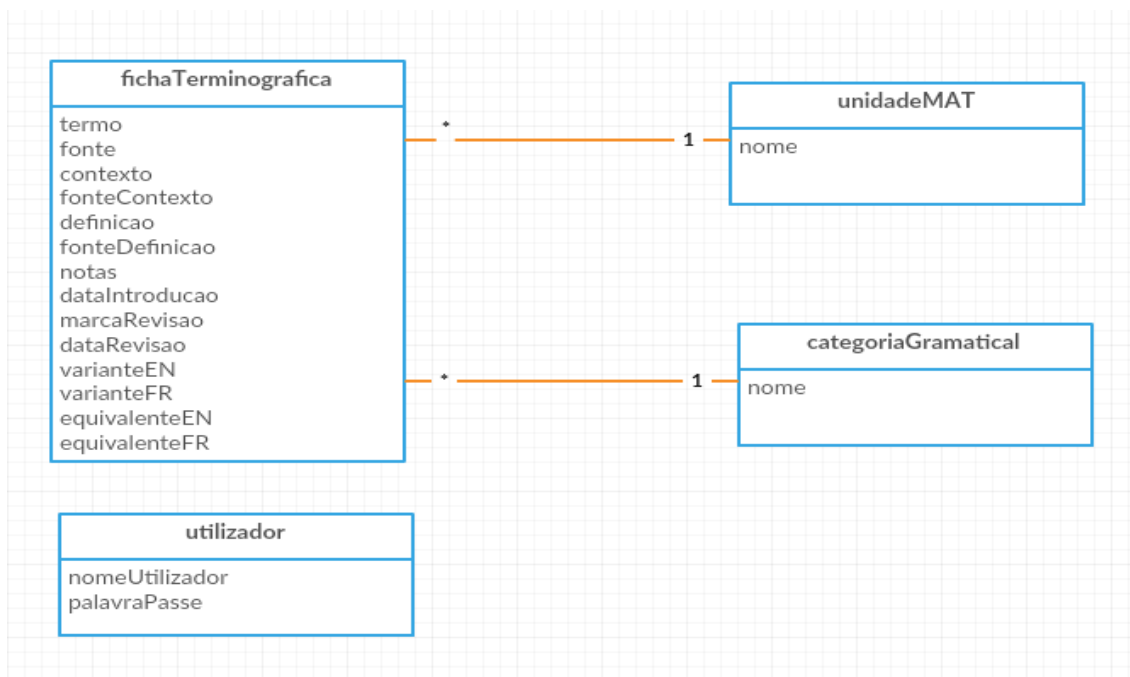


Figura 03- ficha terminográfica e relação entre campos

2.5. Contributos da Informática e da inteligência artificial para a Terminologia

A partir do momento em que as máquinas assumem trabalhos repetitivos, padronizados e manuais, e a Inteligência Artificial assume trabalhos que exijam “um cérebro”, o que “sobra” para o ser humano é assumir o controlo das máquinas através dos comandos criados para o efeito.

A evolução da Inteligência Artificial tem tido um contributo preponderante e significativo para o desenvolvimento dos estudos terminológicos, que é do conhecimento geral de comunidades de várias áreas do saber, constituindo assim as ciências cognitivas em uma grande fonte de inspiração para os sistemas e representação de conhecimento devido ao seu interesse pelos mecanismos da inteligência.

Segundo Cabré(1999:160), a ciência da informática tem contribuído de forma benéfica para o desenvolvimento da terminologia computadorizada no que diz respeito à assistência cedida na alteração das actividades terminológicas, bem como a sua metodologia. Além disso, a terminologia tem auxiliado a pesquisa em linguística computacional para formação de corpora (tanto como internet); a construção de bases de

dados, uma vez que as ferramentas informáticas também sofreram uma grande evolução acompanhando assim a dinâmica da Era da Tecnologia.

A junção entre a inteligência Artificial e a terminologia reflecte-se, na visão de Cabré (1999:166), como vários factores imprescindíveis que determinam o sucesso do trabalho terminológico. A identificação e extracção de informação sobre um determinado texto dependem de uma boa selecção do corpus.

A extracção de termos de um determinado *corpus* deve necessariamente ser efectuada antes uma selecção prévia de acordo frequência encontradas nos textos para a atribuição dos termos a um ou mais campos.

De facto, a contribuição da Informática torna-se notável a partir do crescimento de estudos e pesquisas na área de Linguística Computacional e Linguística de *Corpora*, e posteriormente, o aperfeiçoamento e o desenvolvimento das ferramentas de computação voltadas para o processamento da língua natural, interferindo directamente na prática terminográfica.

O passo seguinte consiste na preparação de definições, passando em seguida a identificação da estrutura conceptual de uma área. Deve, também, ser efectuada a análise morfológica dos termos. Conforme visão de Cabré (1999:249), o grau de complexidade e eficácia das ferramentas informáticas tem vindo a crescer bastante ultimamente, sendo possível distinguir vários sistemas:

- a) As aplicações que utilizam apenas dados linguísticos sem os submeter a manipulação informática.
- b) Os sistemas automatizados aplicados à informação e às línguas, como os sistemas de gestão de bases de dados, dicionários automatizados, entre outros.
- c) Os sistemas automáticos que manipulam dados linguísticos, analisando-os e convertendo-os em dados distintos.
- d) Os sistemas inteligentes que pretendem suplantarem a intervenção humana, como por exemplo os programas de tradução automática.

Neste âmbito, surgem a Linguística Computacional, a Engenharia Linguística, as indústrias da língua e as Bases de Dados Terminológicas.

Por sua vez, Teresa Lino realça a importância de várias áreas, uma delas com inclinação a criação de ferramentas computacionais para pesquisa contribuindo assim para o desenvolvimento da terminologia.

«La Terminologie Computationnelle, la Linguistique de corpus, l'Informatique d'orientation textuelle, le Traitement automatique des langues, l'Intelligence artificielle ont beaucoup contribué à l'évolution rapide des modèles sémantiques de la description terminologique et lexicographique.» (Lino, M. Teresa 2009:6)

Pensamos que entre várias áreas referenciadas, a inteligência artificial é uma das áreas que teve um contributo significativo para o desenvolvimento das metodologias em Terminologia. Com a ajuda de novas metodologias permitiu para criação de softwares de extracção terminológica, o processamento de colocações terminológicas e a identificação de neologismos terminológicos.

É importante realçar que a colaboração entre a Linguística e a Informática é que permite colmatar as lacunas existentes entre as duas áreas, ou seja, nenhuma delas possui por si só conhecimentos suficientes para fazer face aos desafios que se avizinham.

Aqui, o nosso objectivo foi de demonstrar o contributo da ciência informática e a inteligência artificial para a terminologia na elaboração ou criação de sistemas e ferramentas que dão suporte a tarefas dos terminólogos.

Contribuindo desta forma para o desenvolvimento da Terminologia proporcionada um produto final capaz de dar resposta as necessidades e desafios que a comunidade de especialistas nos apresenta, é desta forma que passamos a introduzir o próximo capítulo, onde vamos poder procurarmos entender o conceito de *corpus*.

Propomo-nos, definitivamente, constituir um *corpus* de análise a partir da recolha e selecção de textos produzidos na Direcção Nacional de Organização do Território (DNOT) e pela Imprensa Nacional de Angola, com vista ao levantamento e organização dos dados terminológicos já existentes e propor alguns candidatos a termos que possam ser inseridos na Base de Dados na BDT-MAT.

CAPÍTULO III - METODOLOGIA DE ABORDAGEM AO *CORPUS*

3.1. Conceito de *corpus*

A abordagem à terminologia de uma área de especialidade pode ser efectuada a partir de um conjunto de enunciados, discursos ou textos orais, que devem constituir o *corpus* de análise.

Segundo Galisson e Coste, podemos definir o conceito de *corpus* como:

«un ensemble fini d'énoncés pris pour objets d'analyse. Plus particulièrement, ensemble fini d'énoncés considérés comme caractéristiques du type de la langue à étudier, réunis pour servir de base à la description et, éventuellement, à l'élaboration d'un modèle explicatif de cette langue» (Galisson e Coste, 1976:131).

Um *corpus* deve ser representativo em relação ao objectivo do trabalho da investigação. Dubuc reforça que: «La qualité d'une recherche ne dépend pas du nombre des ouvrages consultés mais plutôt de la valeur de ces ouvrages et de leur relation au thème traité» (Dubuc, 1980:24).

Os autores acima apresentam conceitos de *corpus*, que consideramos mais próximos para o propósito da nossa investigação, dando sequência ao objectivo primordial deste capítulo.

O nosso *corpus* de análise é constituído por um conjunto de textos escritos, que foram seleccionados, com base nos seguintes critérios:

- a) Textos, que são exclusivamente representativos na instituição de actuação.
- b) Textos, que reflectem discursos de especialidade (ou de especialistas) num determinado domínio.
- c) Textos escritos em Língua Portuguesa.

Consideramos que os textos provenientes de algumas instituições do Estado relativamente a documentos com vários termos que designam um só conceito e os textos recorridos a imprensa nacional (referentes aos anos de 1978, 1980, 1981 e 2011) apresentam todos requisitos necessários obedecendo os critérios acima mencionados para sua escolha.

Segundo Costa e Silva (2009, pp. 8-9), os textos que constituem o *corpus* de análise devem compreender: « la reconnaissance scientifique de l’auteur par la communauté à laquelle il appartient; b) la connaissance du public auquel se dirige le texte; c) la représentativité du texte auprès des membres de la communauté scientifique ».

Uma vez concluída a selecção dos textos, procedemos à organização do *corpus*.

3.2. Constituição do *Corpus*

Pelo facto do objectivo deste projecto ser a criação de uma base de dados terminológica e organização dos dados terminológicos na base, optámos por trabalhar com um *corpus* que servirá de base para a identificação e análise de fenómenos linguísticos. Atendendo ao nosso estudo, o nosso *corpus* é constituído por textos provenientes de várias instituições do estado Angolano o qual passamos a baixo a descrever:

- a) Direcção Nacional de Organização do Território;
- b) Imprensa Nacional;
- c) Administrações dos Municípios de Belas e Cacuaco pertencentes à província de Luanda.

Nesta fase, reunimos relatórios recolhidos nas instituições do estado para a constituição do *corpus*, mantendo como base alguns dos critérios de análise de *corpus*, considerados por Sardinha (2000), como a autenticidade da fonte de origem dos dados; a certeza de que o propósito do *corpus* deva ter a finalidade de ser um objecto de estudo linguístico; o tipo de conteúdos do *corpus* deve ser criteriosamente escolhido; a informação dos textos deve estar organizado de forma, que o *corpus* deve estar num formato que permita trabalhar em qualquer computador; a representatividade do *corpus* deve ser apresentada em uma ou varias línguas; a extensão do *corpus* deve ser vasta e representativa para poder efectuar uma análise detalhada dos fenómenos linguísticos.

Partindo do ponto, de que a fiabilidade da informação é proveniente duma fonte segura, organizámos os textos em formato digital em *Microsoft Word*, *TXT* e *PDF*.

Em razão de não termos um *corpus* de pesquisa vasto e representativo, houve a necessidade de recorrer à Imprensa Nacional e Administrações dos Municípios de Belas

e de Cacuaco para a recolha de mais textos com o objectivo de dar mais qualidade ao *corpus* de estudo.

3.2.1. Documentos elaborados na Direcção Nacional de Organização do Território – DNOT

Os textos predominantes nas actividades realizadas pelos técnicos da DNOT abordam não só as temáticas relacionadas com o domínio da organização territorial e da divisão político-administrativa do território angolano, como também o sistema de organização e gestão da informação geográfica do país. Todavia, será este o *corpus* de análise. Estes textos datam de 2012, 2013, 2015.¹⁷

Para Greimas (1979, p. 403), o estabelecimento de uma tipologia assume a classificação de um conjunto de textos sob o mesmo rótulo que detêm entre si relações de semelhança na macro e microestruturas através da identificação de regularidades de um conjunto de textos:

«L'établissement d'une typologie suppose la classification et la réunion d'un ensemble de textes sous une même étiquette, qui maintiennent entre eux des relations de ressemblance au niveau des macro- et des microstructures à travers l'identification de régularités d'un ensemble de textes, par opposition aux régularités d'autres ensembles de textes» Greimas (1979).

Nesta ordem de ideias, após um contacto com a documentação disponível da área seleccionada para o nosso estudo, recolhemos vários relatórios produzidos pelos técnicos da DNOT, referentes aos anos de 2012, 2013 e 2015, formato digital. Desta feita, a escolha da DNOT¹⁸ resultaria do facto de a mesma ser uma Direcção Nacional pertencente aos Serviços Executivos centrais, à qual compete superintender toda a actividade do domínio da organização do território de Angola.

¹⁷Figura 04: Tabela de documentos recolhidos na Direcção Nacional de Organização do Território.

¹⁸Nos termos do artº 12º do Decreto Presidencial n.º 3/14 de 3 de Janeiro, a Direcção Nacional de Organização do Território é o serviço que tem a responsabilidade de executar as medidas e tarefas nos domínios da organização do território, da divisão político-administrativa, da toponímia e dos nomes locais.

| Tipo de Documento | Descrição do Documento |
|--------------------------|---|
| Relatório de trabalho I | Elevação de Unidades Territoriais aonível da província do Cuanza Sul. Elevação de unidades territoriais ao nível da província do Namibe. Definição dos limites geográficos das comunas do Luvemba, Bimbe e Hengue, no Município do Bailundo, Província do Huambo. |
| Relatório de trabalho II | Definição dos limites geográficos de comunas. |

Tabela 02: Documentos recolhidos na Direcção Nacional de Organização do Território.

3.2.2. Documentos provenientes da Imprensa Nacional de Angola

Vistos os documentos produzidos pela Imprensa Nacional, afigura-se o *corpus* deespecialidade, que nos leva a reflectir sobre os critérios subjacentes à eleição, organização e sistematização de documentos que integram o *corpus*, concordando com os critérios mencionados acima, por Sardinha (2000).

É importante destacarmos a função indissociável dos textos produzidos pela média para a recolha de elementos que sirvam de matéria para o nosso trabalho. O portal de informação da Imprensa Nacional de Angola define esta instituição como uma empresa de interesse público (de grande dimensão e com jurisdição em todo o território Nacional, cujo objecto social é a emissão do Diário da República), que se segmenta em publicações oficiais, publicações legislativas, produção de documentos de alta segurança, produção de livros escolares, formulários para o Executivo e instituições públicas, produtos gráficos de carácter privado, entre outros.¹⁹

¹⁹Disponível em <http://www.impresanacional.gov.ao/index.php? Id=5>. Acedido a 01.02.2017.

| Tipo de Documento | Descrição do documento |
|--|--|
| Decretos-lei publicados através do Diário da República de Angola, e/ou provenientes da Imprensa Nacional | <p>Lei n.º 3/80, que divide a província de Luanda em duas: Luanda e Bengo.</p> <p>Lei n.º 29/11, sobre alteração da divisão político-administrativa das províncias de Luanda e Bengo.</p> <p>Decreto Executivo n.º 36/81, que define os limites da província de Luanda e as respectivas subdivisões.</p> <p>Decreto n.º 84/78, que divide a província da Lunda em duas: Lunda-Norte e Lunda-Sul.</p> <p>Lei n.º 13/16 de 12 de Setembro a lei de Bases da Toponímia</p> <p>Lei n.º 17/11 de 21 de Abril, criação do Município de Belas</p> <p>Lei n.º 13/16 de 12 de Setembro, Lei da Administração Local do Estado</p> <p>Lei n.º 13/16 de 12 de Setembro, Lei de Bases da Organização Administrativa do Território</p> |

Tabela 03: Documentos recolhidos na IN.

3.2.3. Documentos Provenientes das Administrações dos Municípios de Belas e Cacuaco

Dando sequência, os documentos recolhidos nas referidas Administrações Municipais mencionadas já no capítulo I (cf.1.4) vieram de certa forma potenciar este *corpus* pela problemática e importância que os referidos textos recolhidos representam a esta fase da nossa investigação, partindo pela extracção e análise de termos que designam o mesmo conceito e que pertencem a mesma área ou local.

Deu-se, então, a sequência da recolha de mais textos na referida instituição do Estado, segundo os critérios de Sardinha (2000), o que nos possibilitou seleccionar, reunir e enriquecer o *corpus* para suportar o estudo linguístico, uma vez que os textos já foram mencionados acima, no tópico anterior.

| Tipo de Documento | Descrição do documento |
|-------------------|--|
| Imagem nº01 | Placa da repartição do Ministério da justiça e dos direitos humanos de Angola |
| Imagem nº 02 | Placa da Administração Cidade do Sequele |
| Documentos | Escola do II ciclo de ensino secundário nº 2003/14 de Abril |
| | Circular, Gabinete do Administrador Circular nº11, 2017 |
| | Comunicado, Secretaria-geral |
| | Circular, repartição da Direcção nacional do arquivo do Arquivo de identificação civil e Criminal, |
| | Circular Administração da Cidade do sequele |
| | Circular Administração do distrito urbano do Sequele |

Tabela 04: Documentos recolhidos no Município de Belas e no de Cacucaco

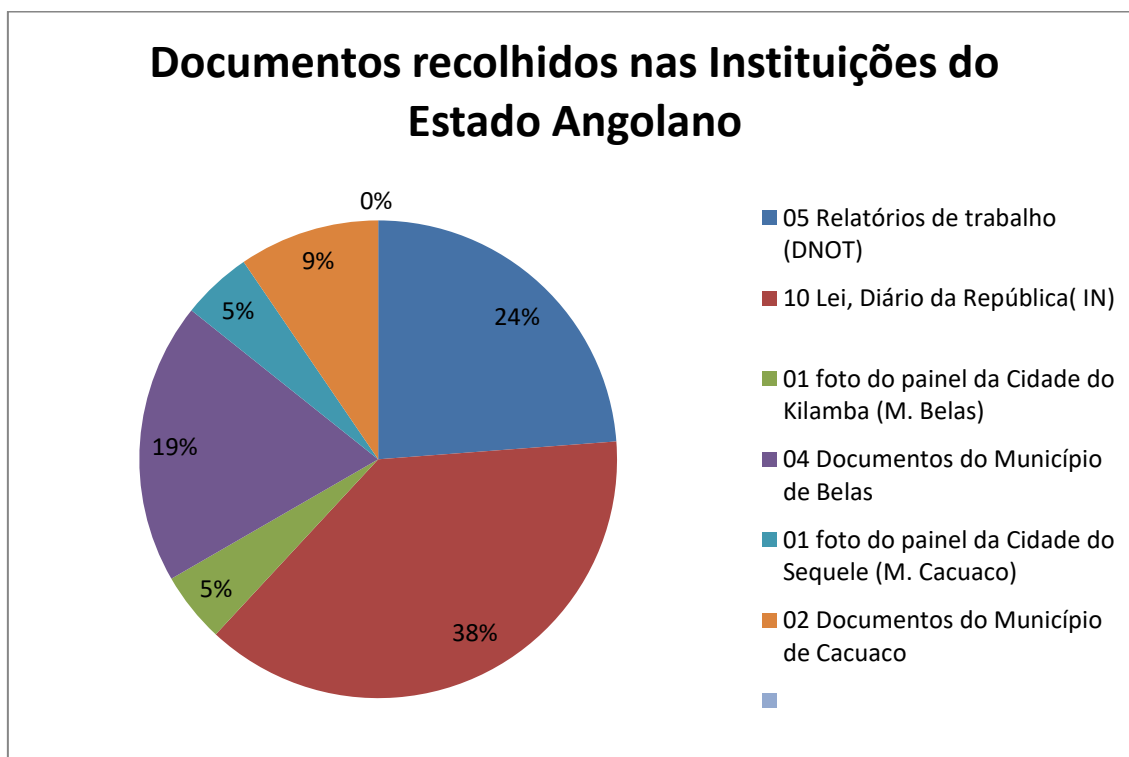


Figura 04: Mapa geral de documentos recolhidos nas instituições do Estado.

Por esta via, foi possível apresentar um mapa geral de documentos recolhidos, produzidos por técnicos de 3 diferentes instituições do estado. Portanto, todos estes textos constituem o nosso *corpus* de análise, uma vez que se referem há textos com conteúdos da Linguística, utilizada para a organização do território, divisão político-administrativa e toponímia de Angola.

A nossa análise dos dados terminológicos vai-se centrar na classificação destes documentos oficiais, que incide em painel de informação, sinalização rodoviária etc., dos termos “cidade”; “centralidade”; “distrito urbano”; utilizados para o mesmo topónimo no próximo ponto.

3.3. Abordagem aos dados terminológicos

Para a terminologia, análise terminológica propõe-se a determinar, primeiramente, se o termo pertence ao vocabulário do domínio estudado e em seguida ao subdomínio definido. Desse modo, A abordagem dos dados terminológicos que pertencem especificamente ao domínio da DNOT, Administração dos municípios de Cacuaco e Belas a um subdomínio ou ainda, a um determinado aspecto.

Esta abordagem assume um papel relevante na reflexão do nosso estudo, uma vez que procuramos entender os benefícios de uma terminologia harmonizada e organizada num enquadramento dentro das instituições onde recorreremos para recolha do *corpus* de estudo.

Segundo Pavel e Nolet (2002. p.30) a necessidade de harmonização terminológica que “combina o desejo de precisão conceitual e correcção linguística, a adequação do termo à situação do termo de comunicação e a eficácia da comunicação”.

Encontramos de facto no nosso texto de estudo formas que constituem um número elevado com fortes possibilidades de serem consideradas termos simples ou complexos, cujas algumas formas já se encontram validados pelo Decretos presidencial aprovados pelo Estado Angolano.

Para podermos fundamentar a nossa investigação, usamos os documentos dos departamentos da DNOT, IN e administrações dos municípios de Belas e Cacuaco como referência nas suas actividades administrativas. Desta forma, vamos apresentar alguns

exemplos de casos encontrados no nosso *corpus* de trabalho, não efectuamos uma análise exaustiva, não é este o nosso objectivo, pretendemos apenas observar alguns casos de formação dos termos, nesta língua de especialidade.

Segundo Pavel S. Nolet, D.(2002 p.19)

“Um termo ou unidade terminológica em uma língua de especialidade se distingue de uma palavra da língua geral por sua relação unívoca com o conceito especializado que designa (fenómeno denominado monossema) e pela estabilidade dessa relação entre a forma e o conteúdo em textos que tratam desse conceito (fenómeno denominado lexicalização)”.

Segundo o pensamento Costa e Silva, afirmam que “*o termo pode ser simples quando é constituído por uma só palavra gráfica; termo complexo quando é constituído por duas ou mais palavras gráficas.*” (Costa e Silva 2006:8). Assim, podemos dizer que o termo designa sempre um conceito.

Segundo Dubuc (1985), a situação em que os termos se encontram transcende a noção sobre o plano da comunicação, assim, uma mesma noção poderá encontrar marcas diferentes segundo sua área de utilização. O termo adquire a sua função semântica a partir da sua associação em um domínio específico do conhecimento. Não podemos analisar os termos desvinculados das condições nas quais eles foram produzidos e do tipo de discurso de onde eles foram tirados.

Desse modo o contexto foi fundamental uma vez que ilustram no nosso estudo o uso real de um termo, onde exprimem uma ideia completa sobre o mesmo. Foram escolhidos em função das suas qualidades e servem para elucidar a denominação e transmitir com clareza a noção que o termo representa.

«Le contexte doit être choisi en fonction de ses qualités d'illustration de la dénomination et de précision (délimitation, compréhension, extension) de la notion. Comme il sert également à présenter une unité terminologique sous un éclairage particulier, il est recommandé d'en relever plusieurs, dont la comparaison mettra la notion en lumière de façon plus complète». (RONDEAU, 1984, p. 81).

A análise do contexto é necessariamente uma identificação de elementos que revelam a noção contextual, Segundo Dubuc (1985) os contextos podem ser *definitórios*,

explicativos ou associativos. O contexto *definitório* apresenta dados com indicações precisas sobre a noção do termo estudado, facilita o entendimento dos conceitos e a redacção das definições, por exemplo:

O contexto *definitório* apresenta dados com indicações precisas sobre a noção do termo estudado, facilita o entendimento dos conceitos e a redacção das definições, por exemplo os termos:

Exemplo A

- cidadedo Kilamba

| |
|--|
| [nome feminino + contracção (preposição+determinante) + nome]. |
|--|

Termo:cidade

Contexto:“A<cidade>é um aglomerado populacional urbano relativamente grande, mais ou menos denso, em termos de infra-estrutura e equipamento urbano e imobiliário, a que tenha sido atribuído foral”;

Fonte: Lei n.º13/16 de 12 de Setembro, Capítulo III, artigo 13º.

- Centralidadedo Kilamba

| |
|---|
| [nome feminino + contracção (preposição+determinante) + nome] |
|---|

Termo:centralidade

Contexto:“<Centralidade> descreve a ação de um elemento central em seu Bairro. Foi assim definido como um conceito hierárquico entre serviço e atracção por W.E. Christaller em 1933. A atractividade e circulação deste elemento baseia-se na eficácia do pólo central e sua acessibilidade. Esse elemento pode ser um centro urbano ou um

elemento polarizador mais especializado (um centro comercial, cultural, financeiro ou administrativo). Acessibilidade é uma condição fundamental.”²⁰

Fonte: festivalarchitettura.it/festival/En/Magazine Detail.

Notamos que a unidade terminológica em causa demonstra que estamos perante os termos equivalentes, desta forma onde a identificação do sinónimo ocorre durante a análise e sistematização dos conceitos.

Exemplo B

- Administração do distrito urbano do Kilamba.

[nome feminino +contração (preposição+determinante) + nome masculino +
adjectivo/nome masculino + contração (preposição+determinante) + nome]

Termo: distrito urbano;

Contexto:“O <distrito urbano>é a unidade territorial e administrativa de subdivisão territorial e administrativa do Município em que se pode estruturar o Município, constituído por um ou mais núcleos populacionais compactos, de média ou grande dimensão, e por território predominantemente urbanizado”.

Fonte:Lei n.º13/16 de 12 de Setembro, Capítulo II, artigo 10º.

- Administração do distrito do Kilamba.

[nome feminino + contração (preposição+determinante) + nome masculino +
adjectivo/nome masculino + contração (preposição+determinante) + nome]

Contexto:“ O<distrito>Cidade dividida em municípios menores que, por sua vez, se subdividem em bairros, também subordinados ao poder de sua prefeitura.

Fonte: <https://www.dicio.com.br/distrito/>

²⁰ http://www.festivalarchitettura.it/festival/En/Magazine_Detail.asp?ID=157&pmagazine=1 acessado em 01 de Dezembro 2017.

Neste exemplo em particular notamos que ocorre a elipse na unidade terminológica em causa, uma vez que estamos na presença de uma omissão de uma palavra ou expressão linguístico dentro do contexto do nosso *corpus*.

Notamos que existe uma problemática que reside no facto de qualquer um dos candidatos a termos apresentados,(cf. Cap. II 1.4)é usada em documentos oficiais, onde pensamos estar correcta do ponto de vista sintáctico e semântico.

Os mesmos termos por pertencerem ao mesmo domínio e terem conceitos diferentes mas que são designados para o mesmo local, onde prevalece a falta de harmonização e organização, está patente no mesmo tipo de documento onde podemos observamos no cabeçalho do referido documento. O mesmo leva o desnivelamento das formas linguísticas e terminológicas que podem ter consequências nos conceitos veiculados e no propósito final que se pretende dar aos próprios documentos.

Estes fenómenos de inconstância linguística acabam forçosamente por se reflectir na qualidade dos documentos administrativos em geral.

Para que possamos ter uma administração pública funcional, com seus recursos terminológicos organizados devidamente conforme dita as regras e as intenções do executivo angolano em prestar o bom serviço aos utilizadores do sistema e aos cidadãos no geral “corrigindo o que esta mal e melhorar o que esta feito”.

Olhando para a realidade do corpus em estudo, os exemplos extraídos no município do Cacucaco devem obedecer o mesmo critério de avaliação e escolha uniformizando assim estas repartições do estado possibilitando assim, uma melhor interpretação para elaboração dos documentos internos e externos, facilitando a comunicação através da organização dos seus dados terminológicos numa base de dado.

- Administração da **cidade** do Sequele.

[nome feminino+contracção+nome feminino + contracção + nome]

- Administração do **distrito urbano** do Sequele.

[nome feminino+contracção+nome masculino+ adjectivo /nome masculino + contracção+ nome]

Pensamos que a falta de flexibilidade na estrutura das combinações pode ser vista como um entrave às questões de harmonização, devido à dificuldade em gerir aspectos de variação linguística que por vezes necessitam da validação de um especialista ou da aprovação de uma entidade.

Neste trabalho de investigação o processo de harmonização e organização, pode ser conduzido por um grupo de trabalho ou por um comité de especialistas da área sobre a temática em questão, trabalhando arduamente na organização e armazenamento de todos os dados terminológicos numa base de dados, com precisão conceitual e correcção linguística.

Partindo do princípio de termos já explicado os objectivos do nosso estudo nos pontos acima, achámos pertinente no ponto seguinte abordar alguns procedimentos utilizados por linguistas, que possam ajudar o terminólogo ou linguista a desenvolver o seu trabalho.

3. 4. Tratamento semiautomático

O tratamento semiautomático de textos permite o levantamento de dados terminológicos a partir dos textos que compõem um determinado *corpus* de análise, pode ser executado, usando uma metodologia que consiste na extracção e recolha de dados por meio de *softwares* desenvolvidos para efeito de análises de dados linguísticos.

Porém, por ser uma actividade que requer muita atenção para sua execução, o terminólogo recorre imprescindivelmente ao uso de ferramentas de tratamento semiautomático da língua para confirmar os dados sobre a análise linguística/terminológica dos dados que possui em mãos.

A utilização desta ferramenta vai permitir que o linguista possa extrair rapidamente os contextos em que ocorrem uma determinada forma, passando em seguida a observar e analisar os dados com cautela, permitindo assim a formulação de conclusões com menor grau de dificuldade e maior precisão no que se refere à fiabilidade. Assim, podemos dizer que o uso deste método de trabalho contribui de forma positiva para assegurar uma maior qualidade à análise do *corpus*.

Para o tratamento semi-automático do *corpus* de análise, podemos sempre recorrer a várias ferramentas disponíveis em linha na internet. Assim, optámos pela ferramenta AntConc 3.2.4w (Windows) 2011 ²¹, que nos permitiu obter dados quantitativos sobre o *corpus*, baseados nas noções de frequência e percentagem relativamente às ocorrências que surgem nos textos e, por outro lado, temos a possibilidade de observar o modo de distribuição de determinadas formas linguísticas que ocorrem nos respectivos contextos.

3.4.1. Análise de frequências

A noção de **frequência** é um elemento importante, porque nela podemos apurar dados estatísticos, usando a função (Word list), que mostra o número total de ocorrências. Como exemplo, o referido *corpus* de pesquisa é formado por **32.830** ocorrências (Word tokens), das quais **3.910** são somente formas únicas (Word types). Abaixo, demonstramos algumas tabelas de frequências obtidas a partir do *corpus*:

| Rank | Freq | Word | Lemma Word Form(s) |
|------|------|-------------|--------------------|
| 1 | 1250 | de | |
| 2 | 1234 | a | |
| 3 | 1141 | do | |
| 4 | 1063 | e | |
| 5 | 904 | rio | |
| 6 | 875 | o | |
| 7 | 831 | da | |
| 8 | 628 | ã | |
| 9 | 604 | até | |
| 10 | 525 | que | |
| 11 | 498 | curso | |
| 12 | 446 | deste | |
| 13 | 393 | sua | |
| 14 | 380 | com | |
| 15 | 345 | confluência | |
| 16 | 338 | no | |
| 17 | 306 | as | |
| 18 | 296 | dos | |
| 19 | 285 | nascente | |
| 20 | 282 | linha | |
| 21 | 271 | os | |
| 22 | 242 | em | |
| 23 | 226 | esta | |
| 24 | 216 | A | |

²¹<http://www.laurenceanthony.net/software.html>, acedido em 15 de Fevereiro de 2017.

Figura 05: n.º Total de Word tokens e Word types do respectivo corpus.

Avaliadas as frequências-tipo Word, os dados quantitativos constituem um elemento imprescindível para a abordagem do *corpus* permitindo assim o especialista linguista observar o número de formas que ocorre em todo texto. Por sua vez, a observação do *corpus* permite-nos apurar uma lista de todas as ocorrências de palavras com as respectivas frequências.

No entanto, podemos pensar que, para o especialista linguista, a frequência das formas mais elevadas pode indicar-nos a possibilidade de ser um candidato a termo, visto que essa forma linguística ocorre mais vezes num determinado texto de especialidade. Temos, por exemplo a forma “Administração” que ocorre 115 vezes no texto; “Cidade” que ocorre 13 vezes no texto; “urbano” que ocorre 18 vezes no texto; “Município” que ocorre 23 vezes no texto”.

Quanto às formas candidatas a termos, seleccionámos as formas “distrito urbano” que ocorre 10 vezes no texto; “Comuna sede” que ocorre 4 vezes no texto.

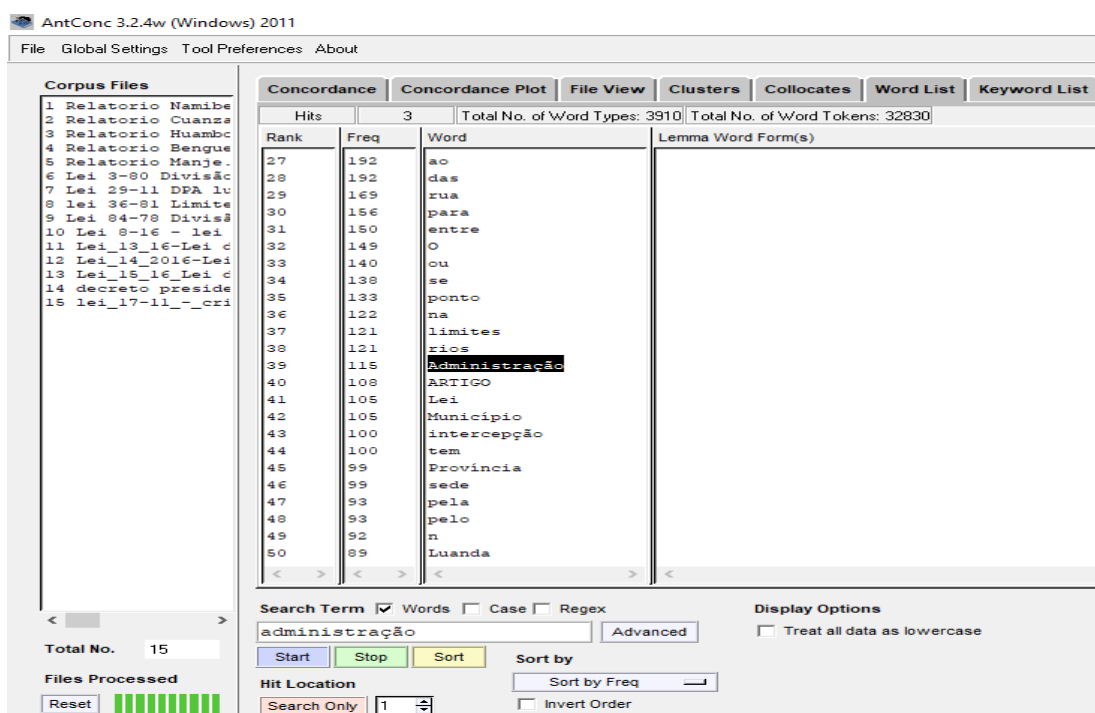


Figura 06: n.º de frequência da forma Administração.

Notámos que neste exemplo a forma com frequências mais baixas podem ser mais pertinentes, dando indicativos de atribuição de candidatos a termo. Por quanto, quando a forma ocorre poucas vezes no texto, a frequência no *corpus* deve ter em conta a

formação do campo conceptual em torno do conceito. Temos a forma cidade “que ocorre 13 vezes no nosso trabalho.

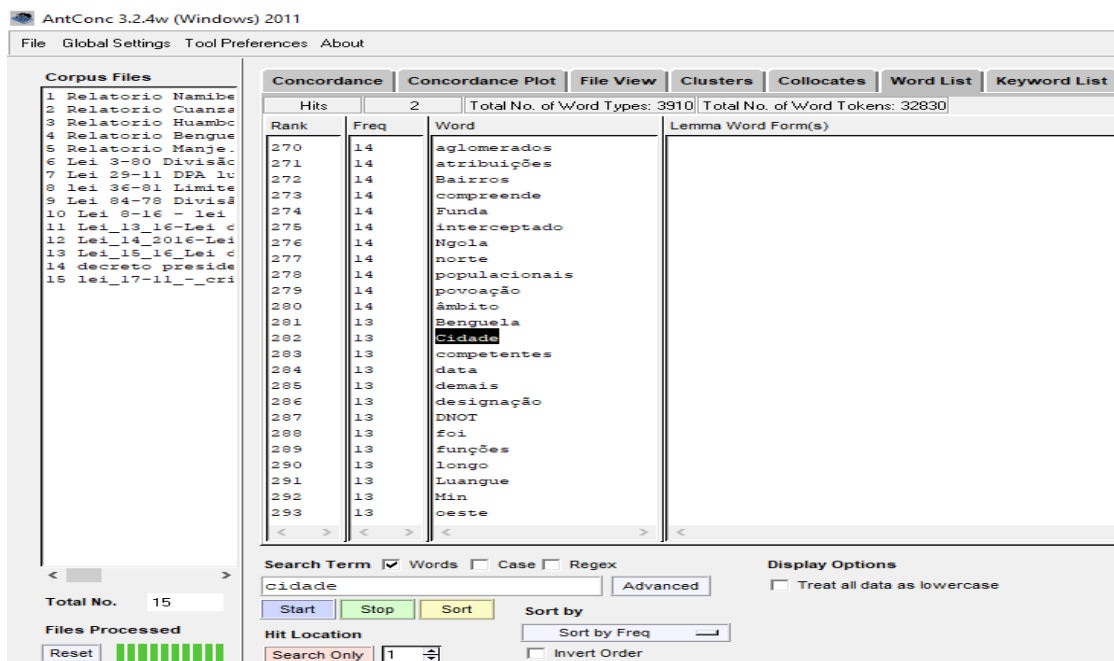


Figura 07: frequência da forma Cidade.

A **concordância** está entre as várias funções a que podemos recorrer no *software* Antconc. Para isto, temos à nossa disposição a função A função *concordanceplot*, que nos permite verificar um de visualizar a repartição da frequência no texto, em outras palavras quer dizer verificar um determinado termo nos vários textos onde esse ocorre com maior frequência, ou seja, observamos que a forma “município” encontra-se na zona mais marcada no texto com barras negras bem referenciadas, dando, assim, indicativo com maior incidência para os textos que prevalecem com maior pertinência para uma abordagem contextual mais completa.

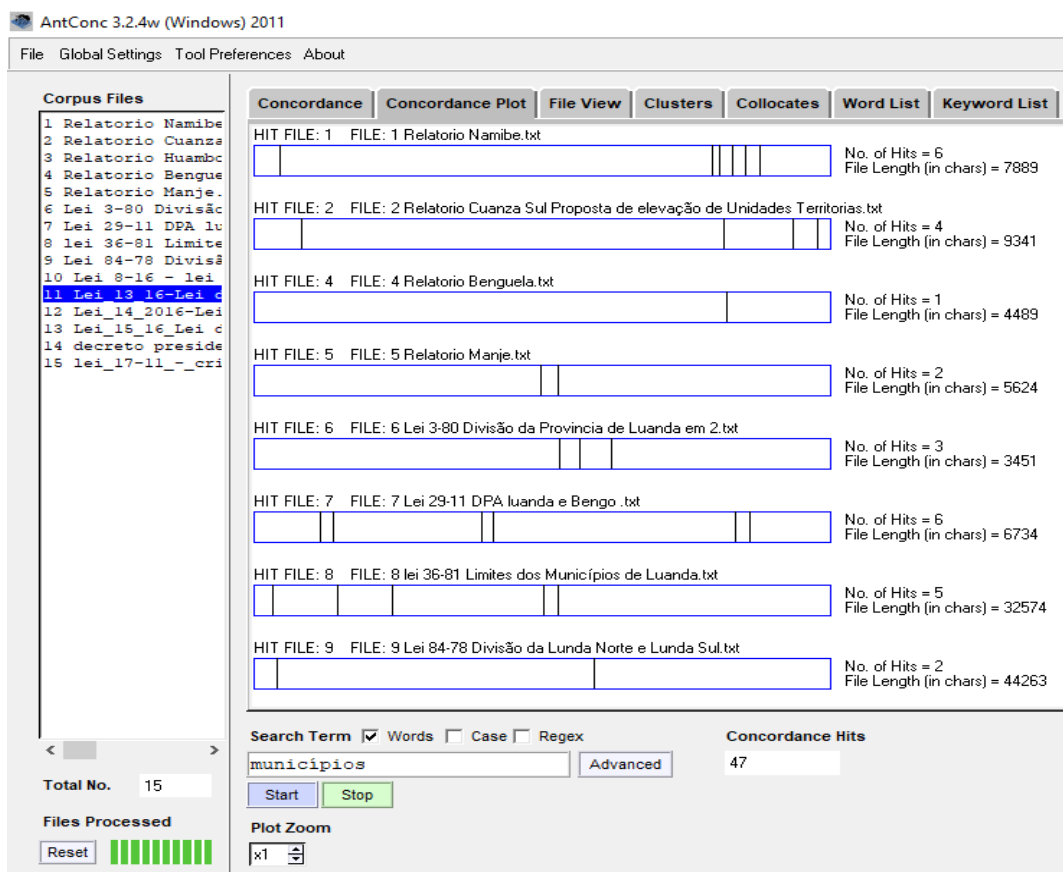


Figura 08: Concordance plot da forma município.

Deste modo, o *corpus* pode ser abordado sob uma perspectiva semasiológica, por um processo de tratamento semi-automático, onde temos a possibilidade de observar em que partes do *corpus* mais predominam as formas linguísticas tais como os candidatos a termos, verbos, advérbios, adjetivos, pronomes, etc... facilitando uma melhor leitura e análise linguística do *corpus*.

3.4.2. Análise de Concordâncias

Podemos dizer que a concordância é uma lista ordenada de termos extraídos de um texto e acompanhados da referência de cada ocorrência e de uma parte do contexto.²² Desta forma permite ao linguista ter uma outra visão do *corpus* em relação às

²²Normalisation Française (1990), acedido em 01 de Novembro de 2017.

combinatórias linguísticas no eixo sintagmático da língua, onde poderemos avaliar e concentrar no eixo paradigmático na observação da língua.

Abrindo uma nova perspectiva no que toca ao *corpus*, onde podemos identificar associações de formas frequentes, podemos também observar a distribuição regular das formas no eixo morfossintático da língua.

Posteriormente, pautando por um critério de formas repetidas à direita ou à esquerda, observamos dá indicativos que possam designar um determinado conceito de um termo, onde podemos observar, segundo os exemplos abaixo demonstrados pelas formas já mencionadas acima.

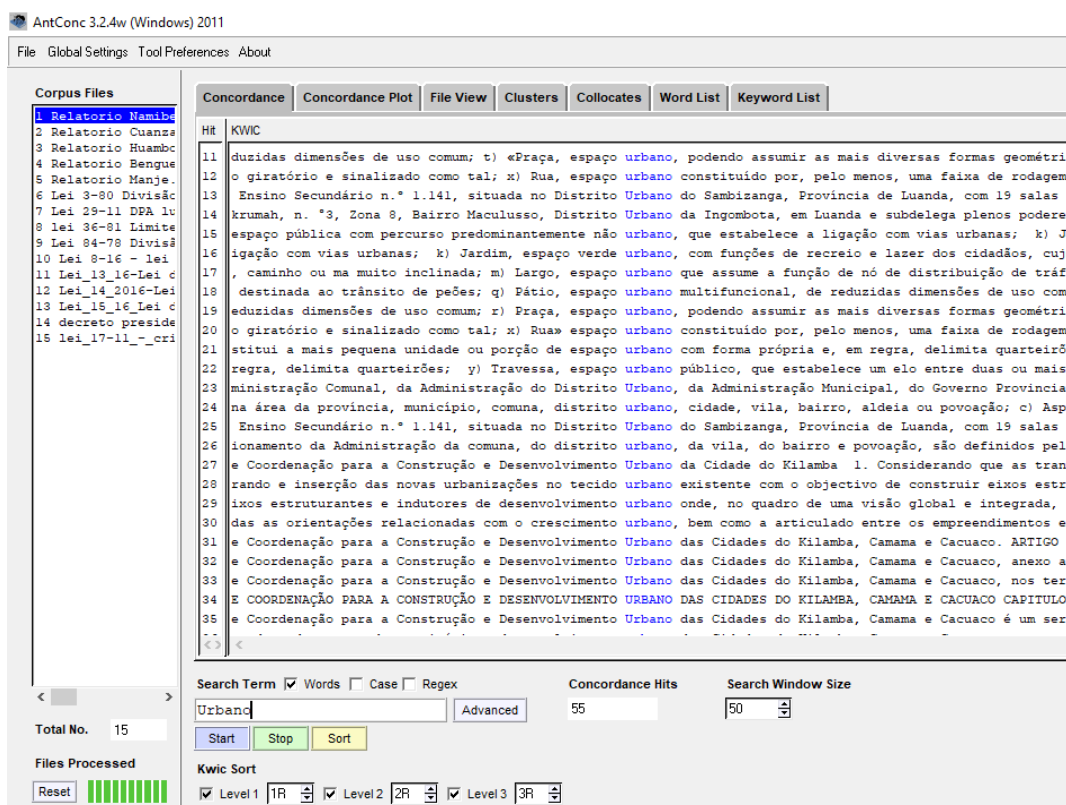


Figura 09: Concordance da forma urbano.

Devemos salientar, neste ponto, que a análise destes dados terminológicos, veio de certa forma enriquecer este trabalho pelo facto do mesmo possuir objectivo de estudo já referenciado acima. Porém, recorrendo à ajuda de *software* de análise de *corpus*, elaborámos uma lista de candidatos a termos e termos validados que constam no texto que servirá para ilustrarmos na BDT-MAT.

Pensamos que é possível observar os dados com maior precisão e obtermos resultados satisfatórios, caso sejam aplicadas as regras com rigor e zelo, pois, posteriormente devem ser inseridos na base de dados terminológicos com as descrições e os campos devidamente preenchidos.

Se neste capítulo vimos alguns exemplos, de como se deve proceder para extrair as formas linguísticas que podemos encontrar nos textos de especialidade, por meio de um Software criado com esta finalidade, dando realce aos textos que se enquadram no nosso estudo.

Partindo do princípio da organização do conhecimento que resulta da observação e análise dos resultados obtidos, a qual vai permitir por meio de uma ficha terminológica, a organização dos candidatos a termos passando posteriormente para a elaboração de uma base de dados terminológica adaptada ao público-alvo específico nesta investigação.

3.5. Candidatos a termos

No acto de organização dos candidatos a termos, devemos ter em consideração vários pressupostos teóricos que nos remetem para certas regras de tratamento semi-automático do *corpus* acima referido. Igualmente, sendo que um gestor-terminólogo, especialista linguista deve possuir várias competências para executar trabalhos referentes aos métodos de análise semi-automática dos textos e à extracção de formas numa abordagem linguística.

Os termos harmonizados e os candidatos a termos que passamos a apresentar, são unidades de discurso extraídas no texto que classificamos como termos simples e complexos.

Termos simples: cidade; centralidade; distrito;urbano;município; sede.

Termos complexos: autoridades locais; autoridades tradicionais;administração comunal; administração municipal; autarquias locais; aldeia sede; comuna sede; municipalização do estado.

Nesta ordem de ideias, propomos a organização e o registo destes dados na Base de Dados do MAT, para que constem os termos com todas as suas respectivas informações.

Nesta fase do nosso trabalho, as unidades linguísticas recolhidas através da análise dos documentos descritos nos capítulos anteriores são candidatos ao estatuto de termo para integrarem a futura BDT-MAT. Gostaríamos de salientar que, apesar dos termos ocorrerem em fontes de informação fiáveis, em Terminologia, todos os dados recolhidos devem, se possível, ser validados pela comunidade de especialistas a que se destinam.

No âmbito desta investigação, não nos foi possível constituir a metodologia de validação de dados adequada, esta tarefa seria de extrema importância para conferir fiabilidade aos conteúdos futuramente disponibilizados. Conscientes desta lacuna que pretendemos vir a desenvolver numa fase posterior a este trabalho, apresentamos de seguida a base de dados que acolherá esta terminologia.

Passamos para o próximo capítulo que, por si, é o resultado da nossa conceptualização em termos de base de dados para este projecto.

CAPÍTULO IV- CONCEPÇÃO DA BASE DE DADOS TERMINOLÓGICA

4.1. Conceito de base de dados

Neste capítulo, faremos uma breve explanação da metodologia utilizada para a concepção da base de dados terminológica relacional, abordando métodos e modelos de estrutura de base de dados e programas de linguagem de programação específicos aplicados neste projecto, desta forma, também vamos aqui falar da gestão da BDT-MAT e o papel importante de um gestor-terminólogo da base de dados, tendo em conta a especificidade e os objectivos pré-estabelecidos para concepção do *software*.

Quanto ao conceito da base de dados, podemos dizer que é um conjunto de informação organizada e informatizada que se relacionam entre si, sujeita a um controle central. Pensámos na abordagem à criação de uma base de dados terminológica que permitisse uma representação simples e unificada de toda a informação acerca dos termos pertencentes a um domínio de especialidade dentro de uma determinada comunidade ou organização.

No domínio da informática, a base de dados assenta num determinado programa ou *software*, normalmente chamado de Sistema Gestor de Bases de Dados SGBD, que trata do armazenamento e administração da informação. Uma base de dados implica essencialmente a existência de um conjunto de registos de dados, o que levará, de alguma forma, à obtenção de informação.

A forma ou estrutura de relacionamentos e relações entre os objectos no interior de uma base de dados pode variar dependendo, antes de mais, do tipo de modelo de BD usado. A estrutura da nossa proposta centra-se no modelo relacional, amplamente divulgado e que achamos viável aos propósitos do nosso projecto.

Contudo, existem outros modelos lógicos para Bases de Dados: o *Flat model*, o *Hierarchical model*, *Object data base model* e até o *Post-relational data base model*, entre outros.

Sem dúvida que o modelo “relacional” usado no armazenamento e relacionamento da informação aparece logo à cabeça e com ajuda da norma e outros autores, que nos levam a definir uma série de pressupostos teóricos que se prendem com a elaboração da BDT-MAT que virá a seguir.

A essência deste projecto é, sem dúvida, a criação de uma base de dados terminológica, que segundo a Norma supracitada a baixo nos diz o seguinte.

Segundo a ISO 1087 (1990)²³ Terminology Vocabulary Part 1: Theory and application, citada por Barros (2004,p.265), uma base de dados é “um conjunto estruturado de fichas terminológicas organizado em um sistema de informação electrónica”. Na prática, pode dizer-se que uma base de dados em Terminologia é uma reunião de informações que podem ser acedidas e consultadas rapidamente de uma forma simples e produtiva.

Reiterando, entender a noção de base de dados é crucial para o nosso estudo, enquadrando as definições de Cabré e Caldeira.

De acordo com Cabré:

«A terminological data bank is a structured collection of information about the units of meaning and designation of a special subject field addressed to the needs of a Specific group of users. It usually consists of a main database, which has the terms, and a variable number of databases related to the main database and sometimes to each other. Each of these databases has information on some aspect of the terms». (1999: p.176).

Neste caso, os dados inseridos na base podem ser consultados e vistos numa só interface, constituindo, deste modo, uma grande ferramenta de trabalho para os técnicos especialistas do ministério, ou outros utilizadores.

Pensamos que é importante realçar que a base de dados terminológica que propomos consiste num sistema de gestão de informação simples, com intuito de facilitar aos utilizadores o modo de o manejar. Pois, consideramos tratar-se de uma base de dados relacional. Deste modo, a base de dados terminológica está constituída por um conjunto de tabelas e associações entre as tabelas e colunas correspondentes aos campos de uma entidade. As entidades compreendem as características de uma entidade que abrange a função de armazenar a informação.

Na nossa base de dados, a informação está representada como valores nas linhas das tabelas. Note-se que as linhas de uma tabela correspondem aos registos ou ocorrências de entidades concretas.

Na concepção da base de dados, usámos as ferramentas de auxílio, disponibilizadas pela Informática, as quais suportam a integração entre fronteiras organizacionais e aplicativos. As metodologias para o desenho da base de dados normalmente executam a actividade de projecto, produzindo vários esquemas separadamente, que representam parte da aplicação, que são posteriormente unificados.

Existem muitas características que definem uma base de dados terminológica, deste modo, a nossa base de dados terminológica não fugirá à regra nem ao modelo, em relação a outras já existentes.

4.2. Modelo de dados relacionais para a base de dados

Passamos neste ponto a explicar a ideia de modelo relacional aqui usado uma vez que os termos que vão alimentar a base de dados são todos provenientes do domínio do MAT, em particular da DNOT, isto é, fazem parte da mesma área de trabalho, ou seja, a da Administração do Território. Logo, os campos que criamos são os que consideramos indispensáveis para que a base de dados seja reconhecida como terminológica, isto é, para inserção de informação ou de termos de uma determinada área de especialidade provenientes de uma abordagem linguística.

Desta maneira, consideramos que foi fundamental o processo de adaptação da referida base de dados terminológica ao contexto laboral do MAT, onde propomos inserir a (BDT-MAT), isto é, onde serão seleccionados campos de inserção de informação que são fundamentais para a utilização desta ferramenta, nomeadamente pelo(s) gestor(es) terminólogos que irão manusear a base e dados.

Evidentemente, uma base de dados deve desempenhar a função de integrar as relações existentes dentro dela ou propostas em um esquema global unificado que integram uma determinada estrutura de base de dados. Realçamos que as informações terminológicas são organizadas e tratadas de maneira uniforme e sistemática, de modo a que a sua exploração se possa efectuar de uma forma simples e objectiva.

O modelo de classe UML foi utilizado para a concepção da BDT-MAT, onde se optou por definir um padrão de dados recorrendo à linguagem de modelação unificada (UML). Esta linguagem permite rapidamente identificar as classes de dados principais bem como as relações entre si, compondo, desta forma, o modelo relacional pretendido para as operações de consulta, edição e eliminação necessárias ao bom funcionamento da base de dados.

Após de analisar os vários tipos de modelos a utilizar tendo em conta aos objectivos traçados para o nosso projecto, apresentamos em seguida o modelo relacional para a Base de Dados:

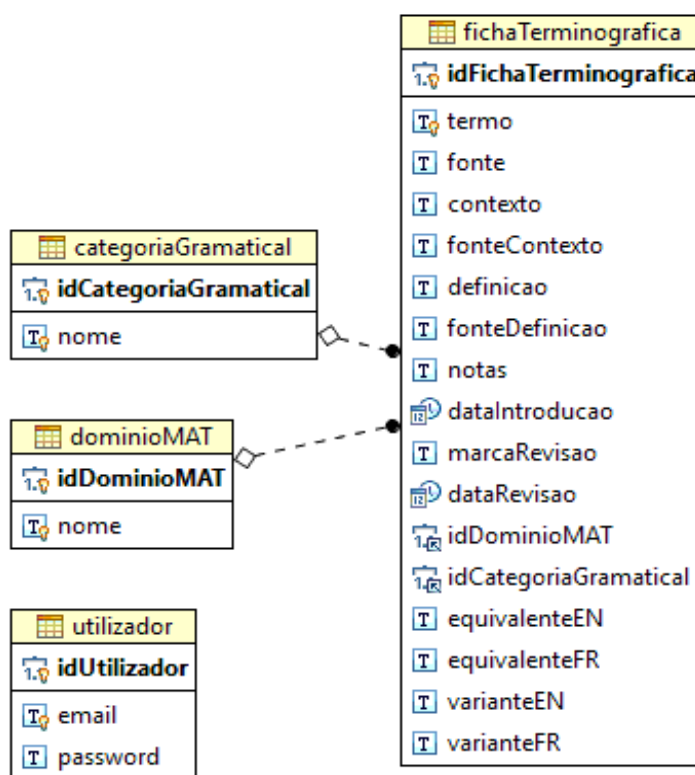


Figura 10: Representação do modelo de dados de base de dados relacionais.

Como podemos observar na figura apresentada acima, as relações entre as classes deram origem a identificadores de registo em cada tabela, de forma a tornar estas relações eficazes e céleres. Estes serão os campos de ligação para as chaves “estrangeiras”, permitindo uma permanente integridade relacional entre as tabelas e, consequentemente, em toda a qualidade dos dados armazenados e acréscimo de celeridade em todas as operações efectuadas sobre os mesmos.

4.3. Linguagem de programação usada para criação da base de dados

A primeira versão da linguagem SQL²⁴, chamada SEQUEL (*Structured Query English Language*), surgiu em 1974 nos laboratórios da IBM (Califórnia), entre 1976 e 1977, e foi revista e ampliada, tendo, então, o seu nome alterado para SQL. Devido ao sucesso da nova forma de consulta e manipulação de dados dentro de um ambiente de base de dados, tendo em conta que existem outras linguagens de programação, optámos por trabalhar com MySQL, a linguagem padrão para o acesso a bases de dados.

Tivemos de ter em conta alguns passos ou processos fundamentais para o seu desenvolvimento. Inicialmente, começamos por criar o pré-projecto, identificando os pontos essenciais de acordo a estrutura do MAT. Posteriormente, fizemos o esboço, ou seja, desenho lógico do Sistema de Gestão de Base de Dados/SGBD relacional, no qual identificámos entidades/tabelas e determinamos os respectivos campos ou atributos.

A concepção da BDT-MAT foi possível recorrendo utilização e exploração de sistemas complexos, como de base de dados SQL Servidor, onde aplicamos a «linguagem HTML» como padrão de forma organizada e definida, permitindo, assim, a compilação de toda a informação gerada automaticamente.

A escolha da base de dados de suporte recaiu no MySQL, que é um motor de base de dados de utilização livre, robusto e com enormes potencialidades. Esse sistema é amplamente conhecido e usado em milhões de aplicações e *websites* online, permitindo uma enorme escalabilidade e funcionalidades avançadas, apenas encontradas em sistemas pagos²⁵.

Para que a aplicação possa estar acessível, é imprescindível que um servidor *Web* permita interpretar uma linguagem de programação, fazendo resultar apenas um conteúdo interpretável pelos *browsers*: conteúdo em linguagem HTML. Para este efeito, foi também usado um servidor amplamente reconhecido e usado em todo o mundo: o servidor Apache²⁶.

Relativamente à geração dos *outputs* com base nas opções solicitadas pelos utilizadores, trata-se de um facto que obriga a existência de uma linguagem que, por um

²⁴Structured Query Language, ou Linguagem de Consulta Estruturada; norma da American National Standards Institute. Linguagem que permite (i) aceder à informação de uma base de dados relacional e (ii) manipular a sua estrutura. O SQL é utilizado num grande número de sistemas de bases de dados como, por exemplo, Oracle, SQL Server, DB2, Access Sybase e MySQL

²⁵<https://www.mysql.com/>. Acedido a 12 de Abril de 2017.

²⁶<https://www.apache.org/>. Acedido a 12 de Abril de 2017.

lado, possa efectuar operações nas bases de dados (como consulta, edição e eliminação), e com esses resultados gerar *outputs* que possam ser convertidos em linguagem HTML.

Para este efeito, foi usada a linguagem PHP “*Personal Home Page*”. Estes *software*s estão actualizados no ramo da Informática, logo garantem-nos confiança no que respeita à especificidade do projecto. Desde logo, pretendemos criar e desenvolver um formulário de pesquisa de termos, que, em seguida, deverá apresentar uma interface com a página, apresentando o respectivo conceito, isto é, o conjunto de termos que exprimem o mesmo conceito e as respectivas características.

Esta linguagem é também uma das mais amplamente usadas desde pequenos projectos e *websites* como em projectos sobejamente reconhecidos, tal é o caso do *Facebook*.²⁷

Quanto aos *standards* anteriormente referidos, com a inserção do *CodeIgniter* conseguiu-se uma base escalável, reconhecida, flexível e extremamente portátil. Entretanto, as características de desenvolvimento podem tornar-se confusas e pouco escaláveis.

É normal um projecto inicial ter necessidade de crescer, ser alterado e revisto por diversas equipas e pessoas. Sem uma metodologia que fundamente uma base estrutural, os desenvolvimentos podem rapidamente tornar-se confusos e cada alteração ter impacto nos funcionamentos existentes, o que representa um retrocesso no ciclo de desenvolvimento.

Tendo presente esta necessidade, e com a premissa de manter a BDT-MAT o mais escalável possível, optamos por recorrer à *Framework* de desenvolvimento PHP denominada *CodeIgniter*.

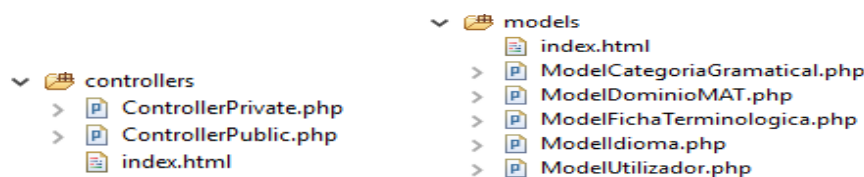
Esta *Framework* recorre ao modelo MVC “*model /view / control*”, o que por si cria a necessária estanquidade entre a camada de visualização e de modelação de dados, sendo estas interligadas pela camada de controlo.

Atendendo a que a BDT-MAT suporta uma área de administração, restrita por utilizador e palavra passe, alguns dos componentes foram divididos ainda entre parte pública “de acesso livre” e privada “apenas visível após autenticação com utilizador e palavra-chave”.

²⁷<https://secure.php.net/>. Acedido a 12 de Abril 2017.

Foram desenvolvidos os seguintes componentes: “controlador – modelo-visão”²⁸

Controllers Model



Views

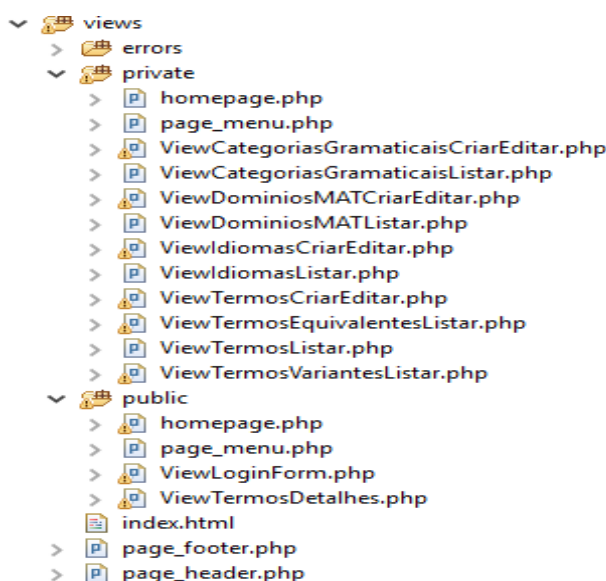


Figura 11- modelo padrão de arquitectura de software , fonte elaboração própria

4.4.Gestão da base de dados terminológica

Iremos olhar para a gestão e a manipulação dos dados na base de dados, de forma geral, descrevendo algumas especificações técnicas que poderão ser de grande utilidade para garantir a qualidade dos conteúdos linguísticos futuramente registados. Trataremos também de estabelecer os perfis dos utilizadores internos do MAT, uma vez que se pretende que esta base de dados possa servir como recurso linguístico colaborativo, onde diversos intervenientes possam simultaneamente inserir e validar dados terminológicos.

²⁸<https://pt.wikipedia.org/wiki/MVC> acedido em 20 de Outubro de 2017

«A qualidade de um produto terminológico assenta em três critérios principais: na fiabilidade dos dados utilizados e produzidos; na sistematização dos processos que levaram à sua concretização e na adequação desse produto ao uso para suprir necessidades e expectativas dos utilizadores». (Silva, 2014)

Em breve será aqui disponibilizada a BDT-MAT hiperligação, <http://www.bdt-mat.ao/> que estará online disponível 24/7 para os utilizadores caso este projecto-piloto seja implementado e autorizado pelo executivo angolano.

O recurso desenvolvido está organizado, tal como referido anteriormente, em duas áreas principais: uma área pública e uma área privada.

4.4.1. Aspectos técnicos

A **área pública** é uma página de acesso livre, pensada para todo o tipo de utilizadores que poderão registar-se e entrar na BDT-MAT para efectuarem as suas pesquisas de forma simples. Nesta área, é possível efectuar a consulta dos termos registados na base de dados, sendo possível filtrar a pesquisa ao inserir uma forma qualquer no campo *entrada* e de seguida restringir a pesquisa através da associação do campo *serviços*, ou seja, orientar a pesquisa de informação em função das áreas funcionais do MAT.

Nesta área, também é possível aceder, através de um registo, à utilização da base de dados para entrar na **área privada**. Esta área foi concebida para a inserção de novos dados na BDT-MAT e gestão dos seus dados por um grupo de utilizadores diferenciado (cf. ponto 4.5.2. mais abaixo), que inclusive poderão validar a informação antes da sua disponibilização na área pública.

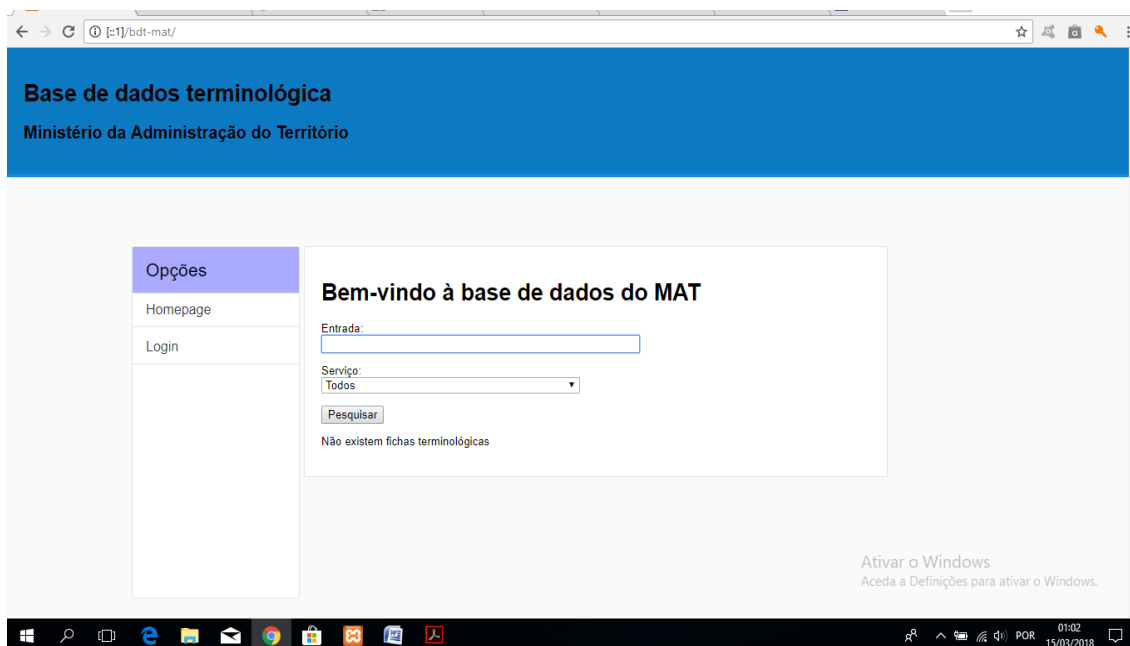


Figura 12: Ilustra a apresentação da área pública da base de dados.

O acesso à pesquisa de termos, a partir da área pública, permite que os termos sejam pesquisáveis por “parte ou totalidade” da sua estrutura linguística. Apenas são exibidas ao público as fichas terminológicas efectivamente revistas e os respectivos termos validados. Cabe ao gestor-terminólogo fazer a gestão desse processo de controlo de qualidade. Por outro lado, é na área privada onde se encontram as opções específicas em relação à gestão de formulários, organização da informação de especialidade e à sua manutenção, preservando assim um padrão de segurança de acesso à informação.

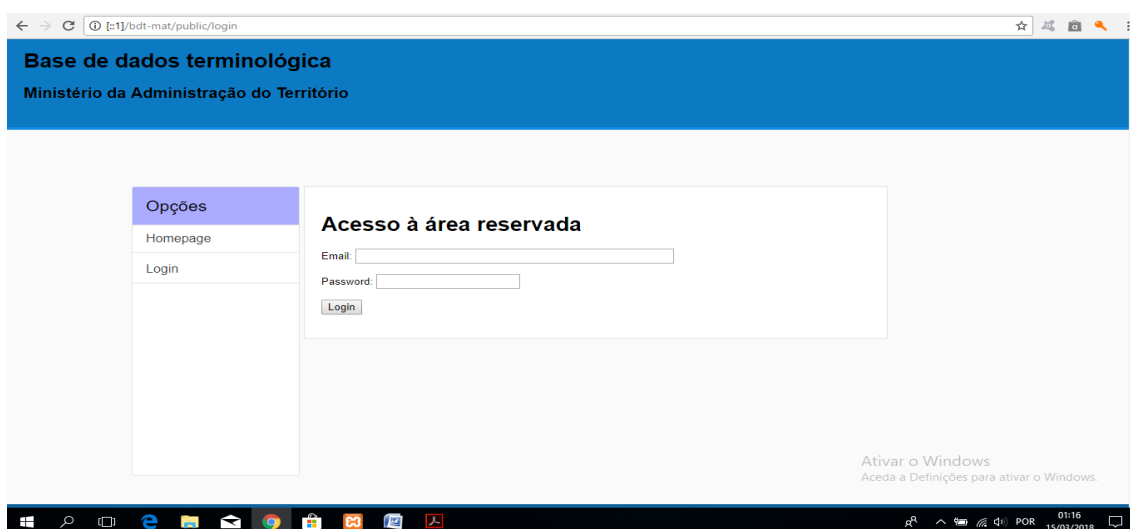


Figura 13: Ilustra a apresentação da área de acesso à área reservada.

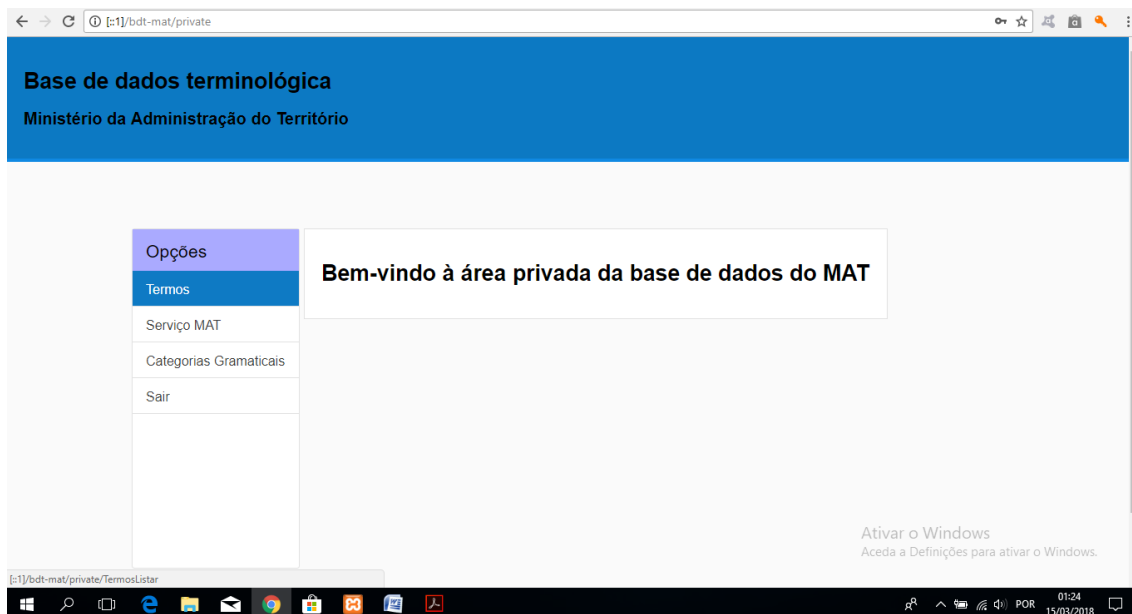


Figura 14: Ilustra a apresentação da área privada da base de dados.

Para este efeito, o acesso à BDT-MAT está protegido com um código de acesso atribuído pelo técnico informático na área de *log in*, que, por sua vez, apresenta a opção de *email* e a *password*, dando acesso automaticamente a esta área restrita, onde se tem acesso ao registo de novos dados.

Na área privada, encontramos um menu com as seguintes opções:

- Termos: área designada especificamente para criar o formulário de registo de um novo termo, ou eliminá-lo caso for necessário, para dar origem a uma nova ficha terminológica;
- Serviço MAT: área designada especificamente para criar as áreas que representam os vários departamentos que formam o Ministério da Administração do Território;
- Categorias gramaticais: área com a pré-definição das categorias gramaticais mais habituais, para atribuição da classificação gramatical ao termo em entrada na ficha.

Ainda dentro desta área privada, no que toca à informação que está disponível aos utilizadores, temos o acesso à lista completa das fichas terminológicas registadas com as seguintes informações associadas:

- Data de registo do termo;
- Data de revisão da ficha, indica-nos se a ficha terminológica foi revista através da indicação de SIM ou NÃO;

Por exemplo, no caso em que uma ficha esteja a ser trabalhada ou na falta da sua aprovação pelos especialistas da área, a ficha e sua respectiva informação será retida no sistema informático, até ao momento da sua disponibilização para os utilizadores da base de dados terminológica do MAT.

A opção **logout** tem a função de terminar a sessão privada de um utilizador, remetendo-o novamente para a página pública. A partir desta acção, o utilizador da base de dados terá de se autenticar novamente para obter acesso às opções privadas.

As áreas de gestão da nossa base de dados terminológica do MAT vão permitir que possamos configurar e efectuar quaisquer alterações ou ajustes que possam ser efectuadas futuramente. Desta forma, a base de dados mantém-se controlada, actualizada e ajustada às necessidades.

Deste modo, criou-se um modelo de base de dados que nos permite trabalhar com bastante eficácia, permitindo que a informação sobre os dados terminológicos seja inserida e consultada por meio de pesquisa dos utilizadores.

4.4.2. Registo da ficha

O registo da ficha terminológica na BDT-MAT deve ser efectuado por um utilizador especializado com um bom conhecimento sobre a terminologia da sua área de especialidade e autorizado a entrar na área privada. O registo da informação implica o domínio de certos conceitos linguísticos, nomeadamente saber distinguir um termo da sua variante ou uma definição de um contexto. Cientes que a grande maioria dos técnicos especializados do MAT não possuem essa formação, somos de opinião que, no futuro, seria necessário pensar em administrar alguma formação aos elementos que constituirão a equipa que irá inserir dados na base.

Como suporte de ajuda a essa tarefa, pensamos que seria útil, futuramente, a criação de um manual técnico explicativo que poderá servir de “Guia terminológico” para o correcto registo dos dados terminológicos na BDT-MAT.

⌂ ⓘ [::1]/bdt-mat/private/TermosCriarEditar

Opções
Termos
Serviço MAT
Categorias Gramaticais
Sair

Criar entrada

Entrada:

Fonte entrada:

Categoria Gramatical:

Sigla:

Serviço:

Domínio:

Contexto:

Fonte contexto:

Definição:

Fonte definição:

Variante:

Equivalente EN:

Equivalente FR:

Notas:

Figura 15: Ilustra a apresentação da área de criação de uma nova entrada na base de dados.

) [::1]/bdt-mat/private/TermosCriarEditar?id=8

Opções
Termos
Serviço MAT
Categorias Gramaticais
Sair

Editar entrada

Entrada:
administração do distrito do kilamba

Fonte entrada:
circular nº 11/2017, gabinete do administrador do distrito urbano do Kilamba, aos 25 de

Categoria Gramatical:
nome feminino singular ▼

Sigla:

Serviço:
global ▼

Domínio:
administração do estado

Contexto:

Fonte contexto:

Definição:

Fonte definição:

Variante:
administração do distrito distrito urbano do Kilamba

Equivalente EN:

Equivalente FR:

Notas:
Nota ling. O termo "administração do distrito do Kilamba" é uma forma reduzida, a partir de uma elipse de "administração do distrito urbano do Kilamba"

Editar Voltar

Figura 16: Ilustra a apresentação da área com o registo de um termo na base de dados.

4.4.3. Validação dos dados

No actual contexto da comunicação especializada, a sociedade da informação exige uma forma de transmissão do conhecimento que seja harmonizada, fiável e precisa. A Terminologia como área da Linguística combina estes três critérios, desde que os dados linguísticos observados sejam, posteriormente, sujeitos à validação dos especialistas do domínio em causa.

O processo de validação da informação terminológica serve para garantir e manter a qualidade dos conteúdos disponibilizados na base de dados terminológica.

O conceito de validação depende muito dos objectivos linguísticos estabelecidos para o uso final do produto terminológico. Pensamos que, neste caso da BDT-MAT seria desejável constituir um grupo de trabalho com especialistas de diversas áreas, dentro da instituição, que respondessem às dúvidas e solicitações dos utilizadores mais especializados, mas também do gestor-terminólogo, para chegarem à validação da informação da base de dados.

Os fenómenos que ocorrem na língua devem ser descritos e validados por linguistas-terminólogos, enquanto que os conceitos e suas respectivas definições devem passar pela apreciação dos especialistas da área. Os primeiros tratam essencialmente questões de língua, correcção linguística, descrição terminológica, enquanto que os segundos validam questões de índole conceptual.

Quando um termo é muito recorrente no uso que lhe é dado pela instituição deve automaticamente ser registado e validado, de acordo entre o especialista e o gestor-terminólogo. Quando o termo não é recorrente no domínio da instituição, este deverá passar por um processo de aprovação pelo grupo de especialistas e posteriormente registado e validado.

Por sua vez, a validação dos equivalentes nas línguas estrangeiras serão no futuro asseguradas por especialistas nesta matéria que dominem bem as línguas estrangeiras, e que possam confirmar com os seus homólogos a correcção dos termos.

4.5. Perfil dos utilizadores da BDT-MAT

Neste nosso projecto e em relação o perfil dos utilizadores, apontamos para dois tipos de intervenientes:

- Um utilizador especializado no domínio
- Um utilizador gestor-terminólogo

4.5.1. Utilizador especializado no domínio

Este utilizador será um utilizador frequente, interno ou externo à instituição, e que detém uma grande experiência na sua área profissional. Neste caso, poderão ser técnicos do Ministério da Administração do Território ou de instituições afins autorizadas a alimentar a base com nova informação.

Trata-se de um utilizador que pode não ser necessariamente um perito, mas deve ter competências suficientes para adoptar orientações que o levarão a ter que aplicar uma nova metodologia de trabalho, orientada para o tratamento de terminologia, a analisar e efectuar registos de novas entradas na base. O registo da informação implica o domínio de certos conceitos linguísticos, nomeadamente saber distinguir, por exemplo, um termo da sua variante ou uma definição de um contexto, daí a importância da formação nesta área.

Neste caso, deve reunir os seguintes requisitos:

- Domínio dos conceitos e dos termos da sua área de conhecimento;
- Excelente domínio da língua portuguesa;
- Possuir alguns conhecimentos de inglês e/ou de francês;
- Ter um bom domínio do manuseio de uma base de dados;
- Estar disponível para adoptar novas metodologias de trabalho;
- Capacidade de análise e organização da informação terminológica;
- Capacidade de trabalhar em equipa.

Em relação aos conhecimentos de inglês e/ou de francês, pensamos nomeadamente na possibilidade destes utilizadores poderem dialogar com os seus homólogos estrangeiros numa ou outra destas línguas para discutirem questões de equivalência linguística e assim poderem propor equivalentes para os termos em português.

4.5.2. Utilizador gestor-terminólogo

Este tipo de utilizador é alguém que poderá assumir as funções de “gestor-terminólogo” da base de dados. Desempenha um papel fundamental na coordenação de um determinado projecto em Terminologia e que implique a concepção e gestão de uma

base de dados terminológica, quer em instituições governamentais, quer em empresas privadas.

O seu perfil é bastante complexo, uma vez que se observa cada vez mais o surgimento de novas exigências impostas ao terminólogo - para além da sua formação preferencialmente em linguística- de conhecimento e domínio de novas tecnologias da informação, sistemas de representação do conhecimento, manuseamento de diversos tipos de software, etc... para além da sua competência na área da mediação entre os diversos intervenientes nos processos que coordena.

Podemos considerar que um gestor-terminólogo deve ter e dominar conhecimentos em Terminologia Teórica e Aplicada, Linguística, Línguas Estrangeiras, Gestão de Conteúdos e em Sistemas Informáticos de Gestão, sendo estas as competências mínimas e necessárias para por exemplo poder assumir a coordenação de um projecto tal como do da BDT-MAT.

Sendo assim, um gestor-terminólogo deve possuir competências e ter a capacidade de executar algumas das seguintes actividades:

- Consultoria e formação;
- Consultoria para a criação de serviços de Terminologia;
- Consultoria junto dos utilizadores de bases/bancos de dados terminológicos (nomeadamente nos serviços de tradução, de redacção, de investigação, de desenvolvimento, de produção e de venda);
- Acompanhamento e formação;
- Proposta de formações de base e de formação contínua para as pessoas responsáveis pelo registo de informação na base de dados;
- Elaboração de documentos, manuais, guias de apoio à correcta gestão da base de dados;
- Conceber e coordenar processos de validação terminológica.

Concluimos que, com as actividades acima referidas, um gestor-terminólogo deve dominar um conjunto de conhecimentos teóricos e práticos para atingir os objectivos delineados para um projecto em Terminologia. O seu perfil é de grande responsabilidade e de dimensão interdisciplinar.

Com este capítulo que encerra, por agora, a nossa investigação, demonstramos os passos que levaram à concretização do projecto inicial que nos foi proposto executar com este trabalho, ou seja, a proposta de um modelo de base de dados terminológica para o Ministério da Administração do Território BDT-MAT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento de concluir, estamos cientes de que o nosso trabalho possa servir para o melhoramento dos serviços da Função Pública, em Angola, mesmo ressalvando possíveis incompletudes na dissertação que ora terminamos. Propusemo-nos explorar as vantagens da criação de uma base de dados terminológica, assim como os benefícios de uma organização dos dados terminológicos existentes no Ministério da Administração do Território MAT, especificamente na Direcção Nacional de Organização do Território DNOT.

Sabemos que o MAT é o ministério que abrange, em termos de serviços, toda a programação e gestão política e administrativa do país, razão pela qual vemos todo o interesse a relevância em começarmos pela terminologia desta instituição.

Pelos problemas detectados, entendemos que a metodologia apresentada nesta dissertação tem a finalidade de servir como modelo que possa ser implementado e consecutivamente adaptado em vários outros contextos, para o desenvolvimento de uma rede de terminologia da administração, em Angola, no futuro.

Por via deste trabalho de investigação e introspecção, chegamos a determinadas conclusões. Como exemplo, o conhecimento partilhado dentro de uma comunidade especializada nem sempre está linguisticamente harmonizado e esta falta de estabilidade na designação dos termos pode ser geradora de ambiguidades comunicativas e, até, desencadear conflitos territoriais locais.

Este trabalho permitiu, de facto, que se tomasse consciência da complexidade que reside entre o domínio do conhecimento e a explicação do mesmo por via da Linguística e da Terminologia, embora o mundo da Terminologia e da Informática fizesse com que chegássemos à conclusão fundamental:

Para aumentarmos a precisão dos nossos documentos, precisamos de saber identificar a Terminologia que estes contêm, organizá-la numa BD, sistematizá-la para conseguirmos alcançar os resultados pretendidos que se consubstanciam em transmitir uma informação coerente, concisa e consistente, aumentando, deste modo, a qualidade dos serviços aos utilizadores do sistema.

Constatamos também, que, para conseguirmos alcançar este último objectivo, o conhecimento e a validação do especialista são cruciais, porque somente com a sua perícia, e especialização no plano conceptual, é que será possível relacionar os termos com os conceitos para os quais estes reenviam e poder, assim, alcançar um nível duplo de qualidade que se reflectirá em termos conceptuais e em termos terminológicos nos documentos.

Contudo, entendemos que o uso de computadores, telemóveis e outros meios são um fenómeno mundial e transversal a todas as classes sociais e que, actualmente, os mesmos permitem o acesso à informação de forma rápida, confortável e em qualquer lugar.

Foi a pensar na quantidade de documentos que os técnicos consultam diariamente para poderem efectuar o seu trabalho, fazendo o uso deste meio de comunicação, e na utilidade do mesmo para a divulgação de informação de especialidade, que concebemos esta ideia da base de dados, convictos de que a mesma facilitará o acesso, por parte dos técnicos, a uma informação mais rigorosamente sistematizada e organizada.

Cremos, também, que a base de dados reúne todas as condições para poder ser implementada em alguns sectores da administração pública, dado que as necessidades evidenciadas por via desta investigação são transversais a toda a administração pública que presta serviços directos ao cidadão.

Gostaríamos que, no futuro, o resultado desta investigação resultasse num projecto real, entre linguistas, terminólogos, tradutores, especialistas e parceiros da área das tecnologias da informação.

Acreditamos que esta nossa proposta poderá contribuir de forma significativa para a melhoria da qualidade dos serviços da administração pública angolana e reduzir ao máximo as incongruências e incompatibilidades ao nível da língua, num mesmo contexto de comunicação especializada.

Nem tudo foi tratado exhaustivamente, porque, entendemos nós, a ciência é um caminho que se vai fazendo todos os dias. Este trabalho termina, mas deixa uma porta aberta para outras pesquisas e que se possa dirimir o que sempre fica em falta, em qualquer trabalho académico.

Bibliografia

- ABREU, L. (2015). HTML5 4ª Edição atualizada e Aumentada Março 2011(1ª Ed.) . FCA-Editora de informática, Lda.
- BARROS, L. A. (2004). *Curso básico de Terminologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo: Acadêmica, 54.
- CABRÉ, M. T. (1998). Introduccion a la Teoria General de la Terminologia y a la Lexicografia Terminológica. Institut Universitari de Linguistica Aplicada.
- CABRÉ, M. T. (1993). *La Terminologia Teoria, Metodologia, Aplicaciones*. Barcelona: Editorial, Antártida, Empúries.
- CABRÉ, M. T. (1999). *Terminology – Theory, Methods and Applications. Vol. 1.* . Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing. ISBN 90-272-1633-9.
- CALDEIRA, C. P. (2011). Bases de Dados – com exemplos de aplicação para Oracle e SQL Servidor. 1.ª ed. Lisboa: Edições Sílabo.
- CONTENTE, M. M. Marques (2008). *Termino criatividade, Sinonímia e Equivalência Interlinguística em Medicina*, Edições Colibri/Universidade Nova de Lisboa
- COSTA, R. e SILVA, R. (2006)). Guião, Metodologia para a Investigação Aplicada em Terminologia. Centro de linguística da Universidade Nova de Lisboa
- COSTA, R. (2005). Corpus de spécialité: une question de types ou de genres de textes ou de discours», De lamesuredesmots. *Actas do Colóquio em Homenagem a Philippe Thoiron*. UniversitéLumière 2, Lyon [no prelo].
- COSTA, R. (2006). *Le Terme en Context*, En Actesdes 7es Jounées scientifiques du Réseau Lexicologie Terminologie et Traduction, page 79-88.
- COSTA, R. (2001). *Pressupostos Teóricos e Metodológicos para a Extracção Automática de Unidades Terminológicas Multilexémicas*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Tese de Doutoramento.
- COUTINHO, C. P. (2011). Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas, Teoria e Prática. . Coimbra: Edições Almedina.
- DRUCKER, p. (2000). Alem da revolução da informação in HSM Management.
- DUBUC,Robert(1980)-*Manuel Pratique de terminologie*, Montréal, Linguattech.
- GALISSON, Robert, COSTE, Daniel (1976) - *Dictionnaire de didactique des langues*, Paris, Hachette.
- ISO(1087:1990). Terminology Vocabulary.
- ISO(1087-1:200). Terminology work –Vocabulary-Theory and application.

LINO, M. T. (2009) *Idiomaticité En Portugais D'un Point De Vue De La Terminologie: Collocations Terminologiques Et Néonymie* In Actes du Colloque « Idiomaticité des Langues Romanes » Université de Paris 8, le 11 et le 12 décembre 2009.

LINO, M. T. (2016) *Terminologia computacional*, Seminario de Mestrado em Terminologia e Gestão de informação de especialidade FCSH, UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA.

PAOLO, S. (2014) *The Meaning of centrality technique of densifying built space*, y. V - n. 30 - 11/2014 - art. nr. 6 http://www.festivalarchitettura.it/festival/En/Magazine_Detail.asp?ID=157&pmagazine=1

KAGEURA, K. (1997). "Multifaceted/Multidimensional Concept Systems", in *Handbook of Terminology Management - Volume 1: Basic Aspects of Terminology Management*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

KOTLER, P. (1998). *Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle*. São Paulo: tradução Bomfim Brandão- 5. ed. Atlas.

RONDEAU, G. *Introduction à laterminologie*. Québec: Gaëtan Morin, 1984

SAGER, J. C. (1990). *A Practical Course in Terminology Processing*. Amsterdam: : John Benjamins Publishing Company.

SANTOS, C. &. (2015). Domain specificity: Semasiological and onomasiological Knowledge Representation. In *Handbook of Terminology Management - Volume 1: Basic Aspects of Terminology Management*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

SARDINHA, B. T. (2000). *Linguística de Corpus: histórico e problemática* . . v. 16, n. 2., pp. p. 323–367.

SILVA, R. (2014) – *Gestão de Terminologia Pela Qualidade. Processos de Validação. Tese de Doutoramento*. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa.

SILVA, R. (2006) - “Morphologie de spécialité: regard(s) sur le(s) contexte(s)” in Actas do Colóquio «Mots, termes et contextes», 7es Journées Scientifiques du Réseau de chercheurs «Lexicologie, Terminologie et Traduction, Agence franco phone pour les enseignements supérieurs et la recherche, Bruxelles.

WELLING, L. &. (2005). *PHP and MySQL Web Development 3rd Edition*. Sams publishing

WÜSTER, Eugen (1981) “L’étude scientifique générale de la terminologie, zone frontalière entre la linguistique, la logique, L’ontologie, L’informatique et les sciences des choses”, in *Textes choisis de terminologie. Fondements théorique de la terminologie*, RONDEAU G. e FELBRER H. (red.) GIRSTER, Université Laval, Québec, pp. 55-114.

Outras fonts consultadas

M. Rans, "A History of Object-Oriented Programming Languages and their Impact on Program Design and Software Development," [Online] <http://jeffsutherland.com/papers/Rans/OOlanguages.pdf>

Edgar Codd, "A Relational Model of Data for Large Shared Data Banks," in Communications of the ACM, 1970.

D. Waters, "Good Archives Make Good Scholars: Reflections on Recent Steps Toward the Archiving of Digital Information,".

Donald D. Chamberlin, Raymond F. Boyce, "SEQUEL: A Structured English Query Language," IBM, 1970.

D. Chamberlin, M. Astrahan, M. Blasgen, J. Gray, W. King, B. Lindsay, R. Lorie, J. Mehi, T. Price, F. Putzolu, P. Selinger, M. Schkolnick, D. Slutz, I. Traiger, B. Wade, R. Yost, "A History and Evaluation of System R," IBM Research Laboratory, San Jose, California, 1981

http://fms.uofk.edu/multisites/UofK_fms/images/pdf/Fundamentals_of_Database_Systems_6th_Edition.pdf. (s.d.). Obtido em 01 de 04 de 2017

http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_EPQ1021.pdf. (s.d.).

<http://www.imprensa nacional.gov.ao/index.php?id=105&serie=1&token=fee8e2cd364a8d4e46e82f9a5c5f3315&ano=0&deAno=&ateAno=&numero=173>. (s.d.).

<http://www.imprensa nacional.gov.ao/index.php?id=105&serie=1&token=fee8e2cd364a8d4e46e82f9a5c5f3315&ano=0&deAno=&ateAno=&numero=173>. (s.d.).

<http://www.mat.gov.ao/estrutura-do-mat/servicos-executivos-centrais>. (s.d.).

<http://www.mat.gov.ao/perfil-institucional/historico>. (s.d.).

http://www.strategia.com.br/Arquivos/Al%E9m_da_revolu%E7%E3o_da_informa%E7%E3o.pdf. (s.d.).

<https://ricardo2aoc.wordpress.com/sistema-de-gestao-de-base-de-dados-sgbd/>. (s.d.). Obtido em 27 de 03 de 2017

<https://secure.php.net/>. (s.d.). Obtido em 12 de 04 de 2017

<https://www.mysql.com/>. (s.d.). Obtido em 12 de 04 de 2017

https://www.visualparadigm.com/support/documents/vpuserguide/3563/3564/85378_conceptual,1. (s.d.). Obtido em 19 de 03 de 2017

Figuras /imagem/tabelas

Lista de figuras

| | |
|---|-----------|
| <i>Figura 01- Estatuto Orgânico do Ministério da Administração do Território.....</i> | <i>8</i> |
| <i>Figura 02- Estrutura interna da DNOT.....</i> | <i>9</i> |
| <i>Figura 03- ficha terminográfica e relação entre campos.....</i> | <i>26</i> |
| <i>Figura 04: Mapa geral de documentos recolhidos nas instituições do Estado.....</i> | <i>35</i> |
| <i>Figura 05: n.º Total de Word tokens e Word types do respectivo corpus.....</i> | <i>42</i> |
| <i>Figura 06: n.º de frequência da forma Administração.....</i> | <i>43</i> |
| <i>Figura 07: frequência da forma Cidade.....</i> | <i>44</i> |
| <i>Figura 08: Concordanceplot da forma município.....</i> | <i>45</i> |
| <i>Figura 09: Concordance da forma urbano.....</i> | <i>46</i> |
| <i>Figura 10: Representação do modelo de dados de base de dados relacionais.</i> | <i>52</i> |
| <i>Figura 11- modelo padrão de arquitectura de software , fonte elaboração própria.....</i> | <i>55</i> |
| <i>Figura 12: Ilustra a apresentação da área pública da base de dados.....</i> | <i>57</i> |
| <i>Figura 13: Ilustra a apresentação da área de acesso a área reservada.....</i> | <i>57</i> |
| <i>Figura 14: Ilustra a apresentação da área privada da base de dados.....</i> | <i>58</i> |
| <i>Figura 15: Ilustra a apresentação da área de criação de uma nova entrada na base de dados.....</i> | <i>60</i> |
| <i>Figura 16: Ilustra a apresentação da área com o registo de um termo na base de dados.....</i> | <i>61</i> |

Lista de Imagem

| | |
|--|-----------|
| <i>Imagem nº01placa da repartição do Ministério da justiça e dos direitos humanos de Angola.....</i> | <i>12</i> |
| <i>Imagem nº 02Placa da Administração Cidade do Sequele.....</i> | <i>13</i> |

Lista de Documentos

| | |
|---|-----------|
| <i>Documento nº 01 Escola do II ciclo de ensino secundário nº 2003/14 de Abril.....</i> | <i>12</i> |
| <i>Documento nº 02circular, Gabinete do Administrador. Circular nº11, 2017.....</i> | <i>13</i> |
| <i>Documento nº03Comunicado, Secretaria-geral.....</i> | <i>13</i> |

Documento nº04 Circular, repartição da Direcção nacional do arquivo do Arquivo de identificação civil e Criminal.....13

Documento nº05 Circular Administração da Cidade do Sequele.....14

Documento nº06 Circular Administração do distrito urbano do sequele.....14

Lista de Tabelas

Tabela 01: modelo de ficha terminográfica e descrição dos seus campos.....24

Tabela 02: Documentos recolhidos na Direcção Nacional de Organização do Território33

Tabela 03: Documentos recolhidos na IN.....34

Tabela 04: Documentos recolhidos no Município de Belas e no de Cacuaco 35

Anexos - Fichas terminológicas

| ficha terminológica | |
|-----------------------------|--|
| entrada | administração do distrito urbano do Kilamba |
| fonte entrada | Secretaria geral da administração do distrito urbano do Kilamba aos 09 de Agosto de 2017 |
| categoria gramatical | nome feminino singular |
| sigla | |
| domínio | Administração do estado |
| contexto | |
| fonte contexto | |
| definição | |
| fonte definição | |
| variantes | administração do distrito do Kilamba |
| equivalente EN | |
| equivalentes FR | |
| notas | |
| data de registo | Agosto 2017 |
| data de revisão | |

| ficha terminológica | |
|-----------------------------|--|
| entrada | administração do distrito do Kilamba |
| fonte entrada | Circular nº 11/2017, gabinete do administrador do distrito urbano do Kilamba, aos 25 de Maio de 2017 |
| categoria gramatical | nome feminino singular |
| sigla | |
| domínio | Administração do estado |
| contexto | |
| fonte contexto | |
| definição | |
| fonte definição | |
| variantes | administração do distrito urbano do Kilamba |
| equivalente EN | |
| equivalentes FR | |
| notas | <u>Nota ling.</u> O termo “administração do distrito do Kilamba” é uma forma reduzida, a partir de uma elipse de “administração do distrito urbano do Kilamba” |
| data de registo | Agosto 2017 |
| data de revisão | |

| ficha terminológica | |
|-----------------------------|---|
| entrada | Distrito |
| fonte entrada | https://www.portaldeangola.com/2012/01/novos-distritos-sao-anunciados/ |
| categoria gramatical | nome masculino singular |
| sigla | |
| domínio | Planeamento regional |
| contexto | |
| fonte contexto | |
| definição | Distrito cidade dividida em municípios menores que, por sua vez, se subdividem em bairros, também subordinados ao poder de sua prefeitura |
| fonte definição | https://www.dicio.com.br/distrito |
| variantes | |
| equivalente EN | |
| equivalentes FR | |
| notas | |
| data de registo | Agosto 2017 |
| data de revisão | |

| ficha terminológica | |
|-----------------------------|---|
| entrada | Centralidade |
| fonte entrada | |
| categoria gramatical | nome feminino |
| sigla | |
| domínio | Arquitectura |
| contexto | A centralidade do Kilamba fica a 40 quilómetros a sul do centro da cidade de Luanda, administrativamente faz parte do município de Belas. |
| fonte contexto | http://jornaldeangola.sapo.ao/reportagem/segunda_fase_do_kilamba_com_empresarios_privados |
| definição | |
| fonte definição | |
| variantes | |
| equivalente EN | |
| equivalentes FR | |
| notas | |
| data de registo | Agosto 2017 |
| data de revisão | |

| ficha terminológica | |
|-----------------------------|--|
| entrada | distrito urbano |
| fonte entrada | lei n.º13/16 de 12 de Setembro, Capítulo II, artigo 10º. Base da organização administrativa do território, extraído no (<i>corpus</i>) |
| categoria gramatical | nome masculino singular |
| sigla | |
| domínio | Planeamento regional |
| contexto | |
| fonte contexto | |
| definição | O distrito urbano é a unidade territorial e administrativa de subdivisão territorial e administrativa do Município em que se pode estruturar o Município, constituído por um ou mais núcleos populacionais compactos, de média ou grande dimensão, e por território predominantemente urbanizado”. |
| fonte definição | lei n.º13/16 de 12 de Setembro, Capítulo II, artigo 10º. Base da organização administrativa do território, extraído no (<i>corpus</i>) |
| variantes | |
| equivalente EN | |
| equivalentes FR | |
| notas | |
| data de registo | Agosto 2017 |
| data de revisão | |

| ficha terminológica | |
|-----------------------------|---|
| entrada | aldeia sede |
| fonte entrada | lei n.º13/16 de 12 de Setembro, Capítulo II, artigo 16º. Base da organização administrativa do território, extraído no (corpus) |
| categoria gramatical | nome feminino |
| sigla | |
| domínio | administração local do estado |
| contexto | |
| fonte contexto | |
| definição | Aldeia é um aglomerado populacional de baixa densidade localizado em território rural de nível inferior a população. |
| fonte definição | lei n.º13/16 de 12 de Setembro, Capítulo II, artigo 16º. Base da organização administrativa do território, extraído no (corpus) |
| variantes | |
| equivalente EN | |
| equivalentes FR | |
| notas | |
| data de registo | Agosto 2017 |
| data de revisão | |

| ficha terminológica | |
|-----------------------------|---|
| entrada | autoridade local |
| fonte entrada | doc. relatório das actividades desenvolvidas na província de Malanje, direcção nacional de organização do território, em Luanda, aos 06 de abril de 2015.extraída no (corpus) |
| categoria gramatical | nome feminino |
| sigla | |
| domínio | administração local do estado |
| contexto | Em conjunto com as autoridades locais, definirem os limites geográficos das comunas cujos limites geográficos não foram definidos no memento da sua criação. |
| fonte contexto | doc. relatório das actividades desenvolvidas na província de Malanje, direcção nacional de organização do território, em Luanda, aos 06 de abril de 2015.extraída no (corpus) |
| definição | |
| fonte definição | |
| variantes | |
| equivalente EN | |
| equivalentes FR | |

| | |
|------------------------|-------------|
| notas | |
| data de registo | Agosto 2017 |
| data de revisão | |

| ficha terminológica | |
|-----------------------------|--|
| entrada | autoridade tradicional |
| fonte entrada | relatório das actividades desenvolvidas na província de Huambo,ministério da administração do território, em Luanda aos 15 de março de 2013. Extraída no (<i>corpus</i>) |
| categoria gramatical | nome feminino |
| sigla | |
| domínio | administração local do estado |
| contexto | Sensibilizar as autoridades tradicionais que os cidadãos pertencentes geograficamente de uma determinada comuna não serão impedidos de beneficiarem dos serviços de outra. |
| fonte contexto | relatório das actividades desenvolvidas na província de Huambo,ministério da administração do território, em Luanda aos 15 de março de 2013.extraída no (<i>corpus</i>) |
| definição | As autoridades tradicionais são entidades que personificam e exercem com poder o poder no seio da respectiva organização político-comunitaria tradicional, de acordo com os valores e normas consuetudinário e no respeito pela constituição da lei. |
| fonte definição | direito administrativo angolano volume I: organização administrativa, Isabel celeste m. da Fonseca e Osvaldo da gama Afonso -law 2013 artº 224 p.47 |
| variantes | |
| equivalente EN | |
| equivalentes FR | |
| notas | |
| data de registo | Agosto 2017 |
| data de revisão | |

| ficha terminológica | |
|-----------------------------|---|
| entrada | ministério da administração do território |
| fonte entrada | http://www.mat.gov.ao/perfil-institucional/missao |
| categoria gramatical | nome masculino |
| sigla | MAT |
| domínio | administração do estado |
| contexto | |
| fonte contexto | |

| | |
|------------------------|---|
| definição | O ministério da administração do território (MAT), é o departamento ministerial auxiliar do Presidente da República, que tem por missão coordenar, executar e avaliar a política do executivo relativamente à administração local do estado, administração autárquica, organização territorial e autoridades tradicionais, bem com assegurar as condições técnicas para a realização das eleições gerais e locais |
| fonte definição | http://www.mat.gov.ao/perfil-institucional/missao |
| variantes | |
| equivalente EN | MAT |
| equivalentes FR | MAT |
| notas | |
| data de registo | Agosto 2017 |
| data de revisão | |

| ficha terminológica | |
|-----------------------------|---|
| entrada | MAT |
| fonte entrada | http://www.mat.gov.ao/perfil-institucional/missao |
| categoria gramatical | |
| sigla | ministério da administração do território |
| domínio | administração do estado |
| contexto | |
| fonte contexto | |
| definição | O ministério da administração do território (MAT), é o departamento ministerial auxiliar do Presidente da República, que tem por missão coordenar, executar e avaliar a política do executivo relativamente à administração local do estado, administração autárquica, organização territorial e autoridades tradicionais, bem com assegurar as condições técnicas para a realização das eleições gerais e locais |
| fonte definição | http://www.mat.gov.ao/perfil-institucional/missao |
| variantes | |
| equivalente EN | MAT |
| equivalentes FR | MAT |
| notas | |
| data de registo | Agosto 2017 |
| data de revisão | |

| ficha terminológica | |
|-----------------------------|---|
| entrada | direcção nacional de organização do território |
| fonte entrada | decreto presidencial nº 3/14 de Janeiro, estatuto orgânico do ministério da administração do território |
| categoria gramatical | nome masculino |
| sigla | DNOT |
| domínio | administração do estado |
| contexto | (DNOT) passa pela responsabilidade de executar as medidas e tarefas nos domínios da organização do território, da divisão político-administrativa, da toponímia e dos nomes locais. |
| fonte contexto | http://www.mat.gov.ao/estrutura-do-mat/servicos-executivos-centrais |
| definição | |
| fonte definição | |
| variantes | |
| equivalente EN | DNOT |
| equivalentes FR | DNOT |
| notas | |
| data de registo | Agosto 2017 |
| data de revisão | |

| ficha terminológica | |
|-----------------------------|---|
| entrada | DNOT |
| fonte entrada | decreto presidencial nº 3/14 de Janeiro, estatuto orgânico do ministério da administração do território |
| categoria gramatical | |
| sigla | direcção nacional de organização do território |
| domínio | administração do estado |
| contexto | (DNOT) passa pela responsabilidade de executar as medidas e tarefas nos domínios da organização do território, da divisão político-administrativa, da toponímia e dos nomes locais. |
| fonte contexto | http://www.mat.gov.ao/estrutura-do-mat/servicos-executivos-centrais |
| definição | |
| fonte definição | |
| variantes | |
| equivalente EN | DNOT |
| equivalentes FR | DNOT |

| | |
|------------------------|-------------|
| notas | |
| data de registo | Agosto 2017 |
| data de revisão | |